

25 de Janeiro 2022
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 293
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ALUMÍNIO

Produtores denunciam “concorrência desleal”

Pág. 13



PROCESSO QUE MOTIVOU ARRESTOS

Ministério Público requereu desistência de acção principal contra Isabel dos Santos em 2020

EXCLUSIVO. O Ministério Público angolano requereu, em 2020, ao Tribunal da Comarca de Luanda, a desistência da acção principal, no âmbito dos processos número 301/2019-C e 35/2020-G, associados aos arrestos das empresas e activos da empresária Isabel dos Santos. Informações na posse do Valor Económico revelam que a desistência do MP foi justificada com a decisão da continuação do processo em outros fóruns, entretanto, não especificados. Mas a empresária foi informada do recuo apenas no ano passado. Pág. 8

62,5 MIL MILHÕES USD

Economistas exigem gestão racional da dívida

Pág. 9

TRANSPORTES

Macon prepara entrada na Bolsa de Valores

MERCADOS. As negociações para a abertura do capital na Bodiva já estão em curso e visam a captação de recursos para novos investimentos, segundo o PCA da Macon, em entrevista ao VE.

Págs. 4 a 7



LUÍS MÁQUINA,
PCA DA
MACON

“Sabemos a diferença entre um processo judicial e um assalto do Estado”

Págs. 14 e 15



FRANÇOIS ZIMERAY,
ADVOGADO
DE CARLOS
SÃO VICENTE

Editorial

QUANDO A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL CAI NA ARMADILHA

As mais recentes conclusões da Transparência Internacional sobre a percepção melhorada da corrupção em Angola levantam sensações e leituras antagónicas. Mais do que isso, enfatizam o desleixo e a levianidade com que, muitas vezes, somos observados a partir de fora.

Variados analistas e políticos nacionais têm alertado com frequência para os riscos da vulgarização do que se convencionou por combate à corrupção em Angola. Abel Chivukuvuku, por exemplo, tem-se destacado, ao insistir numa espécie de delimitação de conceitos para clarificar o que é e o que não é corrupção. E não o faz por mera vontade de fazer política. A concentração dos roubos do passado na corrupção tem facilitado o branqueamento da negligência voluntária do poder, face aos roubos do presente. Justamente por

isso, mesmo da sociedade, são mais frequentes as críticas a situações do passado do que a casos do presente, quando os órgãos de justiça não actuam. É, de certo modo, nesta armadilha em que também caiu a Transparência Internacional ao reportar a percepção da corrupção em Angola.

Os factos, entretanto, não mentem. Quem observa Angola com atenção e isenção sabe que, em matéria de corrupção, a justiça angolana nunca teve a imagem tão comprometida. Leis caucionadas pelo poder e denúncias repetidas que ecoam na comunicação social atestam que os órgãos de justiça estão a ser arrastados apressadamente para o topo dos mais corruptos, no conjunto das instituições do Estado.

Dito isto, as comparações tornam-se inevitáveis. No passado, a justiça tinha as mãos atadas por culpa das ordens superiores. Quando o assunto era o saque ao erário, não investigava, nem prendia ninguém. Como contrapartida, os che-

fões do sistema eram compensados com benesses e uma infinidade de estatutos especiais para manterem tudo como estava. Quem estivesse na base se limitava, por sua vez, a cumprir as ordens, na mendicidade.

No presente, com as mesmas ordens superiores, a justiça tem licença para agir barbaramente contra uns e carta-branca para proteger os que interessam. Como recompensa, o quinhão dos chefões acabou multiplicado com leis que permitem a usurpação selvática de bens de pessoas que os próprios se encarregam de condenar antes mesmo dos julgamentos. Uma espécie de roubalheira legalmente sofisticada. Já na base e nas posições intermédias, ao contrário do passado, aparentemente se instalou uma luta frenética a céu aberto. É a aparente caça da oportunidade para subir na vida, num vale tudo que inclui a extorsão e a chantagem. A Transparência Internacional caiu certamente na armadilha das percepções.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FERNANDO HEITOR,
economista e consultor internacional

O Presidente João Lourenço diz agora que o combate à corrupção não é o foco do seu mandato, mas a diversificação económica. O que tem a dizer?

Apesar dos estridentes fogos de artifício à volta do combate à corrupção, na verdade, quer na teoria, quer na prática, como estamos a ver agora, isso nunca foi verdadeiramente uma prioridade para este Executivo. Nunca houve uma vontade expressa com ênfase neste sentido!

E há resultados concretos no caso da diversificação económica?

Lamentavelmente, essa tal diversificação da economia está ainda muito longe de ser concretizada. Foram lançadas algumas bases importantes para isto vir um dia a acontecer, mas falta ainda muito caminho a percorrer e não será neste mandato que isto irá acontecer. Nem pouco mais ou menos!

Como prevê o 'day after' das eleições?

Se o MPLA e JLo ganharem as próximas eleições gerais, não veremos mais nenhum combate sério à corrupção e aos marimbondos que já conhecemos. Tudo voltará à mesma

18 TERÇA-FEIRA
Empresários do sector do entretenimento e restauração admitem paralisar os trabalhos e avançarem para uma greve para contestar as limitações impostas pelas autoridades devido à covid-19, referindo que existem operadores que “não trabalham há dois anos”.

19 QUARTA-FEIRA
As empresas que contratem desempregados, jovens e cidadãos portadores de deficiência, ao abrigo das medidas de apoio à actividade económica do Governo, terão de manter os contratos de trabalho por três anos para beneficiarem dos incentivos, anunciaram as autoridades.

20 QUINTA-FEIRA
A Procuradoria-Geral da República anuncia a entrega da gestão das empresas ZAP Média S.A e Finstar ao ministério que tutela a comunicação social, que deve garantir a reintegração dos trabalhadores despedidos do canal ZAP VIVA.



SEGUNDA-FEIRA

O Produto Interno Bruto (PIB) de Angola aumenta 0,8% no terceiro trimestre de 2021, interrompendo nove trimestres de quedas sucessivas, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

21 SEXTA-FEIRA
A Unita diz constatar “com preocupação” alguma “tendência de radicalização” do discurso por parte de “altas figuras do Estado e do partido governante”, com um tom “intimidatório e de arrogância”, ao invés do diálogo e concertação.



15 SÁBADO
A Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE) anuncia a adesão à Organização Mundial de Zonas Francas (World FZO), um órgão sem fins lucrativos e que funciona como uma associação global para todas as partes interessadas das zonas francas.



16 DOMINGO
O Presidente João Lourenço expressa “profunda tristeza” pela morte do ex-presidente maliano, Ibrahim Boubarcar Keita, o qual considerou uma “importante figura” da história recente do Mali.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo começou a terça-feira no positivo após cair à volta de 2% na sessão anterior. O Brent, referência às exportações angolanas, no período da tarde, negociava quase 87 dólares, com tendência de subir 2%. Já o WTI negociava a 85,16 dólares, com forte tendência de encerrar com ganhos de mais de 2%.



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

O mercado das acções na Europa fechou a terça-feira animado. O índice pan-europeu Stoxx 600 encerrou com ganho de 0,71%, a 459,59 pontos. O FTSE 100 subiu 1,02%, a 7.371,46 pontos, e o DAX ascendeu 0,75%, a 15.123,87 pontos.

Entrevista

LUÍS MÁQUINA, PCA DA MACON

“Luanda precisa de mais de dois mil autocarros e não temos mais de 300”

Líder da principal transportadora rodoviária angolana não tem dúvidas de que os transportes financiam os restantes sectores. Com planos para duplicar a frota, Luís Máquina aposta no interprovincial, não apenas na quantidade, mas na qualidade. Culpa as dificuldades impostas pela pandemia, mas não hesita em apontar o mau estado das estradas como um dos principais problemas que lhe destroem os autocarros, num país sem peças sobressalentes. Espera que o Governo dê um empurrão nas linhas exclusivas dos autocarros para aliviar Luanda e anuncia que a empresa prepara a entrada na Bodiva.

Por César Silveira

A

Macon continua a liderar o mercado dos transportes rodoviários?

Continua a ser líder, por vários factores, pela quantidade da frota, de funcionários e de passageiros. E detém nichos de negócios dos transportes como interprovincial, urbano, fretamento, cargas e aluguer, VIP e internacional. Se fizer um ‘benchmarking’ com as outras operadoras, vai ver que nenhuma tem estes sete segmentos. Nenhuma transportadora tem a mesma quantidade de passageiros, sem contar com os investimentos e representação nas 18 províncias. Ainda somos líderes, apesar de termos ainda muito por fazer.

Por exemplo...

Para manter liderança, obviamente, temos de continuar a inovar. Essa inovação passa, por exemplo, por ter autocarros com casas de banho no interprovincial. Temos de procurar desenvolver



Mário Nujães © VE

junto do Governo, avaliar a possibilidade de se criarem pontos de parada entre províncias e outros para os passageiros atenderem às necessidades tanto fisiológicas como normais. No urbano, haver um trabalho mais profundo para aumentar a nossa quota.

E caso não tenha resposta das autoridades?

É uma necessidade, não só da Macon, mas de todas as outras operadoras, assim como dos

projecto. Teríamos um contrato em que todos os nossos autocarros parariam lá para fazer o embarque e desembarque, com um movimento, nesta época, de mais ou menos 2.500 pessoas.

Uma parceria entre as várias operadoras não seria uma solução?

A Macon detém cerca de 80% da quota do mercado interprovincial. As outras operadoras estão com défice. Se tivermos de entrar com uma outra operadora, o mais provável é que teríamos de entrar com esta quota. É um interesse nosso, mas o foco não é investir num segmento desta natureza, à semelhança do que acontece com os terminais. A Macon só investiu nos terminais porque existe um défice. O normal seria pagar taxa de embarque e não estar a investir. Temos de investir na formação, na tecnologia e na qualidade da prestação do serviço. O investimento nas infra-estruturas seria feito por outras entidades como nos aeroportos. As operadoras pagariam uma taxa para fazer o embarque.

As estradas têm sido outra das grandes preocupações...

Temos estado a financiar o urbano, tirando dinheiro dos outros segmentos.

camionistas e de outros carros que trafegam nas nossas vias interprovinciais. Infelizmente, não é um ‘core-business’ da Macon. O segmento abre outros leques. A Macon identificou alguns pontos. Temos um terreno perto do Rio Longa, que pode ser um bom ponto para começar. Temos o terreno e estamos à procura de parceiros. Teria lojas de conveniência, casas de banho, restaurantes, bombas de combustíveis e até quartos. Existe vontade e

“Estamos a trabalhar com 50% daquilo que fazíamos em 2019, não por défice de frota, mas porque o mercado não reagiu.”

Já houve alguma melhoria, principalmente no troço Luanda/Benguela. O de Benguela/Lubango continua crítico, principalmente, depois de Chongoroi. Do Lubango ao Cunene, viaja-se bem, assim como do Lubango ao Namibe. De Luanda a Malanje, tirando no Botomona, também se trafega bem. De Malanje a Saurimo, temos o ‘calcanhar de Aquiles’. Quando se chega a Xa-Muteba começa o calvário. Estão a fazer terraplanagem, mas a estrada continua péssima. Se tivermos de entrar por Xa-Muteba, para a Lunda-Norte, também há 20 quilómetros que a Griner está a trabalhar, mas já há três anos.

Como contornam estes problemas?

A Macon faz Dundo, mas no sentido Luanda/Malanje, Malanje/Saurimo, que é Lunda-Sul, passando pela Lunda-Norte, e de Saurimo até ao Dundo. É um custo operacional muito alto. É um desgaste para os passageiros de forma desnecessária e um tempo de viagem que poderia ser minimizado com a estrada boa de Malanje.

Qual seria o tempo em circunstâncias normais?

Com estas estradas, estamos a fazer 23 horas até Saurimo. Até ao Dundo, quase 30 horas, ou seja, de Luanda ao Dundo. Se a estrada estivesse boa, faríamos, em média, 16 horas.

É o troço mais crítico do país?

Sim. Tem uma outra estrada que é muito crítica, de Malanje para o Huambo, via Mussende. Temos outra, que é do Lubango para o Cuando-Cubango sem dar a volta, via Huambo. Queríamos fazer estas ligações.

Já foram forçados a interromper alguma rota?

Temos trabalhado mais no corredor leste com uma frota exclusiva e com transbordo. É uma operação um pouco fora do contexto. Os autocarros que saem de Luanda não chegam a Saurimo. Vão até Malanje onde é feito o transbordo, porque temos autocarros exclusivos que rodam Malanje/Saurimo. O estado viário não permite que os autocarros modernos cheguem a Saurimo. Chegariam a Luanda todos detoados. Os autocarros estão escarizados a fazer Malanje/Saurimo. Em menos de um ano, vamos retirar da operação. Quando saírem,

em nenhum outro mercado poderão ter serventia.

Como o mercado responde às necessidades de peças e sobresselentes?

Infelizmente, não atende. A maior parte das marcas não tem representação no país. A nossa frota é composta por 50% da marca Yachi, que não tem representação em Angola. Só isso faz com que tenhamos de recorrer ao mercado externo. A outra marca, Yutong, tem uma representação, mas tímida, sem peças suficientes. Temos a Volkswagen, que a Aspebras fornece, mas, de vez em quando, preferimos comprar no Brasil. O mercado angolano não tem condições para atender à demanda. Baterias, pneus, lubrificantes, sim, mas peças e acessórios, 80% a 90% ainda são importados.

No caso da Volkswagen, se tem representante no país, qual é a necessidade de importar?

Muitas vezes, não têm as peças de que precisamos. Com a Volkswagen, temos autocarros urbanos, de fretamento e interprovinciais. Destes, a Volkswagen vendeu exclusivamente para a Macon e ela nem

sempre tem peças para nos atender, está mais focada no urbano que vendeu para várias empresas. Perante este gargalo, ao invés de estar a pedir e eles solicitarem ao Brasil, solicitamos directamente, porque conhecemos a fonte.

Como têm autocarros sem representação no país?

Perfil

DUAS DÉCADAS DE MACON

Aparenta ter mais de 40 anos, mas prefere dizer apenas que é “homem maduro”. Natural do Lubango, Huíla, Luís José Máquina entrou na Macon em 2002. Antes de assumir a presidência do conselho de administração, exerceu vários cargos entre os quais de supervisor administrativo, subgerente, gerente, superintendente, director-geral adjunto e director-geral. É formado em Gestão pela UTANGA e especializou-se em Gestão de Organizações na Universidade Agostinho Neto.

A Macon foi fundada em 2001 e não sei se, na altura, já havia alguma representante. As representantes, como a Aspebras, nem sempre têm preços competitivos. O produto chinês já começa a demonstrar certa qualidade com baixo custo. Por cada autocarro brasileiro, era possível comprar dois ou três na China. A qualidade de um autocarro Scania ou Volkswagen é bem melhor em relação a de um Yutong, mas se os colocar em estradas esburacadas o tempo de vida útil acaba por ser o mesmo. Porquê não comprar na China a menos preço com quase a mesma qualidade? Independentemente dos constrangimentos, vale a pena comprar directamente aos fabricantes, principalmente na China. Por isso é que mais de 70% da nossa frota é chinesa.

Mas as outras operadoras também têm autocarros sem representação no país. Não concorre para esta situação também a política de aquisição e financiamento do Governo que, segundo consta, não consulta as operadoras sobre as marcas e modelos? Já fomos contactados para alguns casos, mas noutros não. Quando

a Macon começou, ainda não havia esta política do Governo de comprar autocarros e financiar operadoras. A Macon adquiriu os primeiros 25 autocarros no Brasil. A política de distribuição terá começado entre 2009 e 2010. Também, se dependêssemos do Governo, teríamos ficado à deriva. Desde 2019, fomos contemplados com 60 e mais 50 autocarros. São 110 num universo de 600 ou 700.

Como caracteriza o mercado dos transportes rodoviários?

Temos muito que fazer, principalmente no urbano. Temos autocarros articulados, mas é importante e imprescindível que existam linhas e paragens exclusivas. Temos muitos constrangimentos com as manobras. O Governo está a trabalhar neste sentido. Também a própria conscientização da população para a preservação de bens públicos. Ainda vemos muito vandalismo. No interprovincial, precisamos de dar um pouco mais de conforto e encarar o mercado de forma mais realista. Entraram muitas operadoras novas e a concorrência é muito boa. Ser a melhor e a maior é muito fácil, mas manter é difícil.

Houve precipitação na aquisição dos articulados?

É uma necessidade (risos). Se tivesse a oportunidade de aconselhar, entre a compra de um articulado e dois convencionais, qual seria a sugestão?

Os convencionais, em função da mobilidade, da capacidade de transporte e do atendimento. Os articulados funcionam mais e melhor quando existem linhas exclusivas. Para o nosso tráfico caótico, paragens, táxis e automobilistas, por si só, é difícil. Os outros países, que aderiram a estes modelos, avançaram para os BRT que são linhas exclusivas.

As operadoras não foram consultadas para a compra destes autocarros?

Não, porque foi uma aquisição do executivo. Obviamente, os ministérios das Finanças e dos Transportes têm técnicos, fizeram a avaliação e chegaram a esta conclusão. Se não me engano, os articulados não foram projecta-



Mário Nujates © VE

Entrevista

Continuação da página 5

dos para o negócio que está a ser feito. Foram adquiridos para atender ao BRT que saíria do Kilamba para o tráfego normal. Alguma coisa se terá passado.

As operadoras não conseguem reduzir ou equilibrar a importância dos 'azuis e brancos' (táxis) em Luanda?

As operadoras, por si só, não conseguem. Tem de ser um trabalho conjugado. Temos tido alguns contactos com o Ministério dos Transportes e o governo provincial. Há um trabalho muito apurado que deve ser feito. Primeiro, entender qual é a real capacidade das operadoras. Há estudos que apontam para a necessidade de haver mais de dois mil autocarros para diminuir consideravelmente os 'azuis e brancos'. Há a necessidade de termos os 'azuis e brancos', mas no modelo de trabalho em que um alimentaria o outro. Existe mercado para todos, tanto para motoqueiros, para 'azuis e brancos' como para autocarros sem precisar de competir. O défice de autocarros é que faz com que aconteça o que temos visto. Está associado um pouco também ao valor que é pago pela corrida no autocarro, são 50 kwanzas e depois são subvencionados os outros 50 kwanzas.

Qual é a ligação que faz com o preço da corrida?

Cem kwanzas não é atractivo para as empresas estarem a investir no transporte urbano. Daí a necessidade de o Governo investir e repassar para as empresas. O Governo nunca fez isso para o interprovincial, porque o mercado é mais liberal e o preço é um pouco mais competitivo. As empresas conseguem recursos para renovar a frota periodicamente.

Qual seria o preço justo para o urbano?

Há estudos que apontam para mais de 170 e 180 kwanzas. Teríamos capacidade de renovação da frota.

O Governo já tem sido mais pontual nos pagamentos das subvenções?

Tem tido atrasos de dois/três meses, já houve de quatro meses, varia muito, mas não tem sido pontual. O que cria grandes constran-



Mário Mujica © VE

gimentos quando se faz uma gestão com uma receita de 50%. Temos uma receita que já é deficitária e apenas 50% para gerir dois e ou três meses. Temos estado a financiar o urbano, tirando dinheiro dos outros segmentos.

Que outros factores impedem o urbano de ser lucrativo?

A velocidade comercial. Houve dias, principalmente em época de chuva, que tirávamos um autocarro às 5 horas de Viana e chegava às 10 ou 11 horas ao Largo das Escolas. Um carro que estava programado para fazer

Temos autocarros articulados, mas é importante e imprescindível que existam linhas e paragens exclusivas. Temos muitos constrangimentos com as manobras.

três viagens por cada turno, que dão 12 viagens diárias, só faz duas ou três.

Qual tem sido, em média, a diferença entre a receita esperada e a efectiva?

O nível de desvio de receitas é muito alto por parte, infelizmente, dos trabalhadores. Com a bilhética, estamos a falar na ordem de 10 a 15%. Se tivermos de fazer uma análise daquilo que é a quantidade de carros disponibilizados vs velocidade comercial de 20 quilómetros/hora, que é uma média boa, transportaria-

mos mais. Mas tivemos de nos adequar à velocidade comercial de Angola. Hoje, existe muita procura e pouca oferta porque houve uma migração. As pessoas deixaram de ir no 'azul e branco', porque, pelo mesmo percurso de 50 kwanzas, pagariam no 'azul e branco' 450 ou 300 kwanzas.

Que relação teriam se conseguissem alcançar a velocidade desejada?

A diferença seria muito maior. Chegámos a ter a velocidade normal, mas não tivemos adesão, porque foi nos estados de emergência e de calamidade. Por outro lado, o estado viário, em alguns casos, deixa muito a desejar. Muitos cortes de pneus, que custam quase 150 mil kwanzas. Esses constrangimentos são antigos e não serão superados tão cedo...

Alguma coisa tem sido feita e muita coisa mudou, sobretudo no estado viário. Quem anda por Luanda, nota que há sítios onde não havia estradas. A questão da velocidade comercial depende muito das políticas do Governo em colocar estradas exclusivas. Não é um trabalho mínimo.

Como estão as operações internacionais da Macon?

Com a cerca sanitária, praticamente deixámos de fazer ligações internacionais. Temos movimentações no mercado local. Vamos, por exemplo, até Mbanza Congo, Luvo e Santa Clara. Do Congo, até ao Lufu, Matadi e Kiquiki. Saímos de Kinshasa para estes pontos. E da Namíbia, saímos de Windhoek até ao Oshikango. O mesmo passageiro, se tiver de vir para Angola, obedece aos critérios migratórios na fronteira e vai encontrar outro autocarro da Macon do outro lado, mas não vendemos um bilhete, à semelhança do passado, de Angola directo para Kinshasa ou Namíbia.

As frotas nesses países estão subaproveitadas?

A frota do Congo não está, muito pelo contrário. Independentemente da pandemia, as populações continuam a viajar de forma muito activa. É um mercado que está muito 'quente' se compararmos a Angola e a Namíbia. Vamos quase duplicar a frota no Congo. Temos de começar a olhar para o mercado do Congo com olhos

“*Há estudos que apontam para a necessidade de haver mais de dois mil autocarros para diminuir consideravelmente os ‘azuis e brancos’.*”

de quem quer ver porque é muito promissor. A Namíbia, infelizmente, depende muito de Angola. Os namibianos, por natureza, viajam pouco e também são poucos. A tendência é os angolanos serem os nossos clientes. Temos tirado um a dois horários e alguns fretamentos. A frota da Namíbia está mais virada para o fretamento do que para o interprovincial.

Qual é a frota nesses países?

Estamos a falar de seis na Namíbia e oito no Congo, onde vamos passar para 15 no final deste mês.

Havia intenções de entrarem na Nigéria...

Era suposto entrarmos em Março. Havia estudos, intenção dos accionistas e orientações. Mas, devido à pandemia, fomos obrigados a cancelar. Estamos à espera do novo normal para fazer um novo estudo e avaliar se realmente ainda vale a pena, mas continua a ser um bom mercado.

E além da Nigéria?

Há a Zâmbia e também vamos entrar mais no Congo, para aquela área do Lubumbashi. Infelizmente, no Congo, não há uma ligação de Kinshasa via terrestre com as diversas províncias, só conseguem ligar três ou quatro províncias, mas só na parte norte.

O que seria necessário para tornar a Macon numa marca mais continental?

Vamos colocar a Macon na bolsa de valores justamente para captar novos investidores e olharmos a Macon na vertente que está a perguntar, que é a pensar macro e não apenas no nacional, Congo e Namíbia. Por isso pensámos na Nigéria e também na África do Sul, mas por causa de diversas situações, decidimos que não era o mercado bom para entrar por enquanto. Existe um mercado muito vasto em África.

A bolsa seria a Bodiva?

Sim, já encetámos alguns contactos com a Bodiva.

Falamos da liderança da empresa, mas não da quota do mercado...

Alguns estudos, feitos a pedido do Ministério dos Transportes, em 2018 quase 2019, por uma empresa sueca, apontavam que a Macon tinha 65 a 70% do mercado. É um estudo realista por ser de uma instituição credenciada.

A nossa luta é manter entre 65 e 70%, porque precisamos da concorrência.

Temos mercado para mais empresas?

Temos mercado principalmente no urbano. O estudo diz que Luanda precisa de mais de dois mil autocarros e não temos mais de 300.

E no interprovincial?

Existe, mas em pouca escala. Enquanto não existir um trabalho conjunto para retirar os ‘hiaces’ do interprovincial, não houver uma fiscalização eficiente, porque existe um decreto que proíbe os ‘azuis e brancos’ de fazerem interprovincial, o mercado vai parecer muito saturado, mas não está. Os clandestinos é que detêm uma quota do mercado, não são as operadoras. Existem poucos autocarros a circular, só os da Macon. Se eventualmente tirarem os ‘hiaces’, criarem cooperativas e estas comprarem autocarros, se for necessário...

Qual é o de maior expressão e qual é a quota?

O carro-chefe é o interprovincial com uma quota na faixa dos 70 a 75%. Depois varia muito entre o urbano, cargas e encomenda e fretamento, andam na faixa dos 5 a 7%.

Já disse que a crise está a tirar potenciais passageiros dos taxistas para os autocarros. A perda do poder de compra está a ser positivo para as operadoras?

Vou um pouco mais além. O segmento dos transportes financia muitos outros sectores. Se eu pago 50 kwanzas numa corrida, que o normal seria pagar 450, vai sobrar algum dinheiro para comprar outra coisa. Não é que veio

Enquanto não existir um trabalho conjunto para retirar os ‘hiaces’ do interprovincial, não houver uma fiscalização eficiente, o mercado vai parecer muito saturado, mas não está.

Se dependêssemos do Governo, teríamos ficado à deriva. Desde 2019, fomos contemplados com 60 e mais 50 autocarros. São 110 num universo de 600 ou 700.”

potenciar mais as operadoras, mas veio mostrar que existe um fraco poder aquisitivo. Mas também houve uma mudança de mentalidade. Hoje as pessoas estão a ser um pouco mais comedidas com os recursos. Houve uma migração de pessoas que andavam de carros pessoais para o táxi e de pessoas que, vivendo no mesmo prédio ou condomínio, cada um usava o seu carro e hoje já há um processo de maior cooperação. Se houve uma migração de carros para os táxis ‘azuis e brancos’, também houve uma migração dos ‘azuis e brancos’ para as operadoras.

A frota da Macon é de cerca de 600 autocarros. Qual tem sido a necessidade de renovação?

A necessidade de renovação da frota é de 100 ou 50 autocarros por ano. Este ano, vamos adquirir aproximadamente 80 autocarros para o mercado angolano, mas sete vão para o Congo. Temos muitos autocarros operacionais, mas parados porque o mercado não reagiu. Em 2019, estaríamos com 200 viagens. Estamos a trabalhar com 50% daquilo que fazíamos em 2019, não por défice de frota, mas porque o mercado não reagiu em função da pandemia e outros factores.

Este nível de redução já preocupa?

Não. Dentro daquilo que é o nosso ‘core-business’ tivemos de nos adaptar à realidade, suprimir alguns custos. Desde Março de 2020 que a empresa tem estado a fazer algumas adaptações na sua política de crescimento, questões salariais e todos os investimentos.

Tiveram de despedir?

Tivemos, mas por um acordo com uma outra empresa que entrou no mercado e teria necessidade

de recrutar entre 70 e 75 pessoas. Temos um excedente de 400 a 500 trabalhadores e, como surgiu esta possibilidade, seleccionámos alguns. Cumprimos com todos os pressupostos legais, indemnizámos os trabalhadores todos e os remetemos para esta empresa.

Também tiveram investimentos adiados?

Tivemos de cortar vários. Em 2022, vamos retomar alguns como a construção do terminal no Lubango, que é um processo antigo. Houve alguns impasses que estão quase ultrapassados; a descentralização de Benguela, com um terminal separado da base.

E qual é o investimento previsto para este ano?

Menos de 10 milhões e mais de seis. Mas tudo vai depender da situação epidemiológica. O nosso segmento foi muito afectado. Por vários meses, rodámos com 50% da taxa de ocupação e estamos a ressurgir. Ter logística para uma empresa que facturava aproximadamente cinco milhões de dólares/mês para facturar 400 a 500 mil dólares, é fácil imaginar a ginástica que foi feita para suprimir as despesas e manter a empresa viva.

Esta queda na receitas derivou apenas da pandemia?

Sim. O nosso carro-chefe é o interprovincial, que representa mais de 60%. Chegámos a criar logística para atender o interprovincial fora de Luanda, mas o ‘feedback’ foi muito pobre, tínhamos uma média de 15 a 20 horários. Agora, estamos com 100 a 120 horários.

E ainda esperam a voltar aos cerca de 200 horários?

Isso faz parte do passado. Houve uma mudança de mentalidade. Temos estado a tentar entender melhor o nosso passageiro e concluímos que hoje viaja por extrema necessidade. Tenho interrogado: se estamos a ser afectados, o que será da aviação? Estamos a pegar o nicho de clientes que só viaja de voo, a maior parte está a viajar de autocarro por ser mais barato, consegue conhecer melhor Angola e curtir um pouco. Se eu transporto quatro mil passageiros mensalmente, não sei quantos a Taag transporta. Se fizermos um ‘benchmarking’ com as outras operadoras, se transportarem, em média, 300 pessoas no interprovincial estão de parabéns.



Mário Nujáes © VE

Economia/Política

ARRESTO DOS ACTIVOS DA EMPRESÁRIA

Ministério Público desistiu da Acção Principal contra Isabel dos Santos ainda em 2020

JUSTIÇA. Tribunal homologou pedido, mas Isabel dos Santos apercebeu-se da desistência do Ministério Público só mais de um ano depois e, numa primeira fase, de forma oficiosa. Defesa requereu, em Setembro de 2021, o levantamento da providência cautelar e voltou a fazê-lo em Dezembro, mas ainda sem resposta.

Por César Silveira

O Ministério Público requereu, há um ano e meio, a desistência da acção principal do processo associado à providência cautelar que originou o arresto dos bens de Isabel dos Santos em 2019, revelam documentos consultados pelo *Valor Económico*.

Invocando a decisão de dar continuidade ao processo em outro fórum, mas sem especificá-lo, o Ministério Público solicitou a desistência em Junho de 2020, mas apenas um ano depois Isabel dos Santos e os seus advogados tomaram conhecimento, primeiramente, de forma oficiosa.

Em Setembro do ano passado, a defesa da empresária requereu assim, pela primeira vez, o levantamento da providência cautelar que suporta o arresto, argumentando com a sua "caducidade". No dossier enviado à 1.ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal da Comarca de Luanda, a defesa juntou a certidão de sentença que anuiu o referido pedido de arquivamento e a declaração do trânsito em julgado, mas não obteve qualquer resposta. Com a mesma jus-



Isabel dos Santos, tem os bens arrestados desde Dezembro de 2019

tificação, voltou a enviar, em Dezembro, outro requerimento a solicitar o levantamento da providência cautelar que precipitou o arresto, notando que a providência dependia da acção principal. Até ao momento, continua a aguardar pela resposta do Tribunal.

Ao comentar as demarches para a obtenção da certidão que homologa a desistência do Ministério Público em 2020, Sérgio Raimundo, advogado de Isabel dos Santos, conta que houve muitas barreiras. "Em princípio, não sei por que razão levou tanto tempo para sermos citados da acção. Segundo, há uma desistência de que também não fomos notificados. Viemos a des-

cobrir officiosamente e solicitámos a declaração da sentença homologatória da desistência. Levaram meses para nos darem uma certidão, encontrámos barreira atrás de barreiras", pormenoriza, negando-se a fornecer mais dados.

Ao *Valor Económico* fonte próxima ao processo revela que a 1.ª Secção justificou a demora no envio do processo para a 2.ª Secção com a indisponibilidade da juíza. "A juíza foi promovida para a relação. Depois de se indicar o juiz substituto, houve um período em que o gabinete esteve em reparação, mas, depois disso, informámos que o processo já tinha sido remetido à 2.ª Secção", explica.

Um jurista consultado por este jornal salienta a "estranheza e confusão" do processo, argumentando que, do ponto de vista do Direito, não se explica a manutenção da providência cautelar, uma vez que foi o próprio Ministério Público a desistir. "Numa situação normal, o arresto dos bens da empresária Isabel dos Santos deveria ter sido levantado logo que o Ministério Público desistiu da acção principal", defende.

Contactada, a Procuradoria-Geral da República prometeu, num primeiro momento, esclarecimentos sobre o processo. Entretanto, ao fecho da edição, remeteu o pronunciamento para o dia seguinte.

O arresto, a contestação e a desistência

Atendendo a uma solicitação do Ministério Público, o Tribunal de Luanda ordenou, a 30 de Dezembro de 2019, o arresto das participações de Isabel dos Santos e do marido Sindika Dokolo, falecido em Outubro de 2020, nas empresas onde têm participações, como a Sodiba, Zap Media, Finistar, Unitel, Contidis, Cimangol e dos bancos BIC e BFA, bem como saldos nas contas bancárias dos feBIC, BFA e BAI.

"Pelos documentos que o requerente juntou aos autos e pelas testemunhas inquiridas, ficou provada a existência de um crédito para com o Estado (requerente) de mais de 1,1 mil milhões de dólares, resultante de vários negócios em que intervieram empresas do Estado e os requeridos (...). Os requeridos reconhecem a existência da dívida, porém alegam não ter condições para pagar", justificou o tribunal, alegando ainda ter ficado provado que Isabel dos Santos tentava vender a participação que tem na sociedade Unitel e transferir "avultadas" quantias em euros para a Rússia a partir de Portugal.

No entanto, em Maio de 2020, Isabel dos Santos acusou o Ministério Público de ter usado um passaporte "grosseiramente falsificado" e uma "carta falsa do Sinse" para justificar junto do tribunal a necessidade de arrestar os seus bens, com o argumento de que a mesma se preparava para transferir os seus activos para o exterior.

O Ministério Público, por sua vez, tinha 30 dias para dar seguimento com a entrada da acção principal. Por força das férias judiciais, o prazo terminaria, entretanto, em Março de 2020. Mas, depois de o ter cumprido, o Ministério Público solicitou então a referida desistência do processo.

ANGOLA VAI BENEFICIAR de um financiamento de 78 milhões dólares da Parceria Global para a Educação que visa priorizar crianças e raparigas que se encontram em situação de vulnerabilidade.



6,88 BILIÕES DE KWANZAS PARA FINANCIAR DESPESAS DO OGE

Economistas alertam Governo parao plano de endividamento

Os economistas Leão Perez e Faustino Mumbica alertam o Governo para a necessidade da “aplicação correcta” dos 6,88 biliões de kwanzas de endividamento para financiar as despesas do Orçamento Geral do Estado do corrente ano, aprovado nesta terça-feira, 25.01, na reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

“É importante que se utilize com parcimónia e se aloque em projectos que possam redundar em desenvolvimento económico. Caso contrário, se for endividar-se e, depois, os recursos serem desbaratados é um exercício inglório”, alerta Leão Perez.

Além de pedir cautelas no modo de utilização racional dos recursos que alargam a dívida pública, Faustino Mumbica defende que “é urgente” a criação de uma legislação que impeça o Governo em fim de mandato contrair dívidas avultadas sob pena de frustrar a estratégia do subsequente.

“Estamos diante de um Governo em fim de mandato, é um aspecto que a lei precisa de acautelar no sentido de ver definitivamente qual é o limite de endividamento que o Governo deve realizar em fim de mandato, para não criar uma espécie de despesas obrigatórias ao Governo subsequente, e, que, do ponto de vista de estratégia de governação, não representa prioridade para o novo Governo”, defende.

No final da reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, a ministra das Finanças, Vera Daves, informou que o valor da dívida pública (interna e externa) do país, para 2022, está estimado em 62,5 mil milhões de dólares. O valor tem a ver com as características financeiras ligadas com obrigações, bilhetes de tesouro, acordos financeiros celebrados com entidades internacionais e a emissão de Eurobonds.

Relativamente ao tempo para adesão de Angola ao Eurobonds, explicou que, de momento, não há uma decisão tomada. “Estamos a avaliar todas as condicionantes do mercado (taxa de juros e precessão de riscos) para uma posterior decisão do Governo”, afirmou.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

DEVE SER IMPLEMENTADO EM 4 ANOS

Governo aprova roteiro para reforma do sector empresarial público



O Governo aprovou o roteiro para a reforma do sector empresarial público (ISEP), justificando a necessidade de introduzir “instrumentos de gestão que permitam um efectivo controlo e monitorização dos riscos asso-

ciados” à sua existência.

Segundo o documento, o paradigma de propriedade das empresas públicas será alterado. Vai deixar de existir o actual modelo dual, em que a função de accionista é desempenhada através de dois organismos públicos em simultâneo, no caso o Ministério das Finanças e o Ministério responsável pelo sector de actividade da empresa.

“A simultaneidade no exercício dos papéis de acionista e regulador por parte dos departamentos ministeriais que caracteriza o actual modelo institucional do SEP em Angola deixará de se verificar”, lê-se no documento, revelando que a função de accionista será exercida pelo Ministério das Finanças e ou órgão específico delegado pelas Finanças.

Outra alteração registar-se-á no tipo de empresas que constituem o SEP. Actualmente é constituída por três, nomeadamente empresas públicas, empresas com domínio público e empresas com participação minoritária do Estado. No modelo aprovado, e que deve ser implementado em quatro anos, o sector será constituído por dois: as empresas

públicas e as sociedades comerciais de capitais públicos.

Entre as mudanças está prevista também o surgimento de uma Entidade de Recrutamento e Seleção dos Gestores, perspectivando-se que o concurso público venha a ser o modelo preferencial de recrutamento dos membros do órgão social responsável pela gestão da empresa.

PELO CONSELHO DE MINISTROS

Aprovado regime de teletrabalho

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico do teletrabalho, diploma que regula o exercício da actividade laboral. A iniciativa visa “facilitar o exercício, por parte dos trabalhadores da actividade profissional ligada a empresas públicas, privadas, mistas, cooperativas, organizações sociais e representações diplomáticas e

consulares, fora das instalações da entidade empregadora”.

O novo modelo de trabalho, acelerado pela pandemia da covid-19, segundo o comunicado da Comissão Económica, resultará no “aumento da produtividade, no descongestionamento do tráfego urbano, na promoção e integração de pessoas no mercado de trabalho, maior conciliação entre

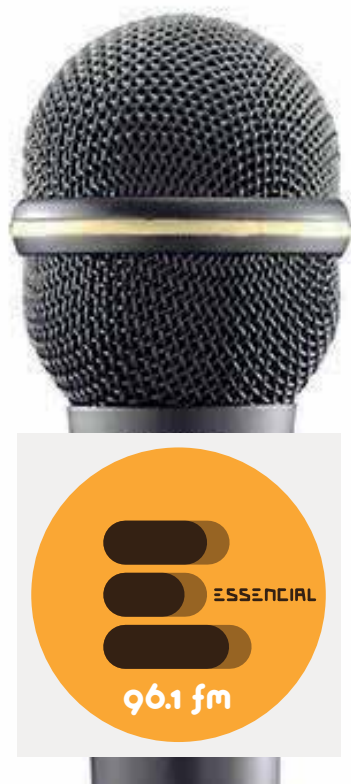
o trabalhador e o apoio familiar, entre outros benefícios”.

Foi ainda aprovada a alteração do regulamento de partilha de infra-estruturas de telecomunicações electrónicas com vista a “adequar o quadro jurídico-legal de suporte à partilha de infraestruturas à nova realidade do sector e às boas práticas internacionais” bem como definir a actuação do órgão regulador.



O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Mercados & Negócios

EM FÁBRICA DE VINHO E AZEITONAS

Empresa espanhola interessada em investir mais de 10 milhões de euros em Angola



Maria Alexandre,
directora de
Abertura de
Mercados
Internacionais

INDÚSTRIA. Empresa centenária responde ao repto de João Lourenço aos empresários espanhóis interessados em investir no país. Pretende produzir em Angola e substituir Portugal no engarrafamento de vinho e quer apostar nas azeitonas.

Por Guilherme Francisco

Desde o final do ano passado uma equipa da empresa Fernando Castro, uma adega familiar criada em 1850 em Espanha, está em Angola a avaliar as condições para investir mais de 10 milhões de euros em duas fábricas, de vinho e azeitonas, com capacidade de exportar. A empresa já identificou condições climáticas propícias na Huíla e no Namibe, onde está interessada em

criar a videira, cultivar azeitonas e também produzir adubo orgânico, evitando uma eventual importação deste produto.

O avanço do investimento depende, no entanto, de conversações com as entidades governamentais para ter acesso às terras e outras autorizações.

A empresa conta, para já, com uma promessa de financiamento dada pelo Deutsche Bank de Espanha. “Estamos à procura de ter esta possibilidade, seria muito interessante poder falar com o Governo”, afirma a directora para abertura de mercados internacionais, Maria Alexandre.

Caso se materialize o investimento, os empreendimentos fabris serão os primeiros fora de Espanha. Maria Alexandre antevê bons resultados com a aposta na formação dos agricultores e com a criação de vários postos de trabalho, desde que o clima de “negócio seja favorável, a gente se sinta em casa, porque é um trabalho muito longo”.

Em Espanha, a empresa, com histórico de família, explora quatro mil hectares de videira, produz 560 milhões de litros de vinhos que exporta para Portugal, Japão, China, EUA, leste da Europa, Senegal, Nigéria e Cama-

MEMORIZE

● O avanço do investimento depende, no entanto, de conversações com as entidades governamentais para ter acesso às terras e outras autorizações. A empresa conta, para já, com uma promessa de financiamento dada pelo Deutsche Bank de Espanha.

ões. Em Angola, quer fazer diferente e, enquanto não segue para a fase de investimento, está a divulgar algumas das suas marcas, com destaque para a Carmela.

“Estamos a fornecer vinho a granel a Portugal, eles engarrafam e vendem a Angola como se fosse seu produto. Queremos fazer este processo directamente”, Maria Alexandra.

CONVITE DE JLO A EMPRESÁRIOS ESPANHÓIS

Em Setembro do ano passado, durante uma visita a Espanha, o Presidente da República desafiou e convidou os empresários espanhóis a investirem em Angola, assegurando que o país está receptivo. “O mercado angolano está aberto a uma maior presença de empresários e de homens de negócio espanhóis para que possamos edificar uma base de cooperação mutuamente vantajosa para os nossos dois povos e países”, dizia João Lourenço, insistindo que “gostaria de contar com o vosso país para a mobilização de financiamentos e de investidores da Europa interessados em investir em Angola”.

João Lourenço teve a pronta resposta do rei Felipe VI, que garantiu que “Angola é um país prioritário para Espanha”.

TAAG TEM REFORÇADA a frota de voos domésticos de passageiros com chegada da quinta aeronave, das seis previstas, do tipo Dash-8.400 com capacidade para 74 passageiros.

ALEGADO ESQUEMA FACILITA EXPORTAÇÃO DE DIVISAS

Único produtor de alumínio queixa-se de “concorrência desleal”

INDÚSTRIA. Empresa alerta que determinados operadores fazem importações apenas para tirarem dinheiro do país. Há também reclamações de alegados incumprimentos da pauta aduaneira.

Por Guilherme Francisco

O director-geral da Extrulider, David Manuel Pires, reclama da “concorrência desleal” existente no mercado, argumentando que muitos importadores de matéria-prima (perfis) e outros produtos acabados comercializam a preço muito abaixo da realidade, se adicionado ao preço do alumínio no mercado internacional as taxas alfandegárias, frete e outras obrigações.

O gestor afirma não compreender a razão de os diferentes importadores recorrerem ao mercado externo quando existe produtor nacional, cujo produto é equiparado ao do mercado português. “Muitas vezes, o facto de comprar fora é um mecanismo usado pelas empresas através das suas tradings de colocar dinheiro no exterior. É uma forma de exportar dinheiro de Angola para os países de origem, dos empresários de Portugal e não só”, denuncia. David Pires nota, por outro lado, que as autoridades continuam a conceder isenções alfandegárias, algo que não compreendo, uma vez que existe já indústria instalada em solo angolano. “É contra-producente investir no mercado angolano, porque, se estamos a investir, tem de haver incentivo

à indústria local”, critica.

Por seu turno, Mário Rui de Lima Amaro, sócio-gerente do grupo Trirumo, explica que a Tri-Alumínios, fábrica de lacagem e anodização de perfis e chapas de alumínio, sempre importou matéria-prima com base nas normas e teve alguma experiência com aquisição na Extrulider. Entretanto, o não preenchimento de “requisitos” fez retomar as importações a Portugal, acusando também operadores chineses e ‘mamadus’ de praticarem concorrência desleal. “Daquilo que nós conhecemos, a forma como se formula o preço

MEMORIZE

● **O director-geral da Extrulider, David Manuel, denuncia que, muitas vezes, o facto de comprar fora é um mecanismo usado pelas empresas através das suas tradings de colocar dinheiro no exterior. “É uma forma de exportar dinheiro de Angola para os países de origem, dos empresários de Portugal e não só”, reitera o gestor.**

do alumínio, leva-nos a crer o que se está a passar com a concorrência desleal. É que, de facto, muitos destes impostos devem estar a ser contornados. Existe uma pauta aduaneira e, pela forma como põem cá os seus produtos, leva-nos a acreditar que alguma coisa não está bem. É impossível venderem baixo o produto acabado se pagarem os impostos previstos”, observa.

Os dois empresários já apresentaram reclamações em reunião com diversos ministérios, particularmente com o da Indústria e Comércio (Mindcom),

mas também com a Associação das Indústrias de Materiais de Construção. Esperam agora que, este ano, “alguma medida seja tomada”, como a aplicação, na generalidade, da pauta aduaneira, de modo a pôr-se fim a práticas que, como notam, têm causado prejuízos às empresas.

Uma fonte do Mindcom desafia, entretanto, os empresários ‘queixosos’ a apresentarem prova de cumprimento ou não da pauta aduaneira ou eventual favorecimento. Mas refere que entende a posição exposta por se tratar de “questões mais comerciais”.

MATÉRIA-PRIMA ESCASSA

Outra dificuldade enfrentada pela primeira fábrica de perfis de alumínio é o acesso à matéria-prima. Desde a entrada em funcionamento em 2021 do seu forno de refusão (que permite reciclar alumínio), nunca chegou a atingir as 600 toneladas por mês, tão-pouco as 200. Como alternativa, recorre ao mercado externo para manter a produção.

“O lingote que existe cá, muitas vezes, é exportado. Não consigo compreender como se vai exportar lingote a um preço que não acaba por trazer valor à economia angolana, quando nós podemos acrescentar valor. Podemos transformar o lingote em bilette, criar bilette em liga certificada a nível mundial. Podemos exportar bilette, sobretudo, abastecer as fábricas de alumínio”, afirma.



DE JURE

FRANÇOIS ZIMERAY, ADVOGADO DE CARLOS SÃO VICENTE

“Sabemos a diferença entre um processo judicial e um assalto do Estado”

ENTREVISTA. A faltarem menos 48 horas da data marcada para o início do julgamento de Carlos São Vicente, o seu advogado tem uma mão cheia de reclamações. Em respostas, por email, ao *Valor Económico*, queixa-se do “curto prazo” entre a notificação e o arranque do julgamento. Critica o “assalto” aos bens do seu constituinte por obra do Estado e não tem dúvidas de que toda a actuação das autoridades, até ao momento, representa uma condenação antecipada. Contudo, mantém a crença na imparcialidade dos juízes.



Por César Silveira

Confirma o início do julgamento para 26 de Janeiro?

Foi, de facto, recebida uma notificação formal

no dia 11 de Janeiro pela equipa de defesa de Carlos São Vicente. Francamente, este é um prazo razoável? Como pode um acusado preparar a sua defesa de forma eficaz em tais condições? Consideramos que este curto prazo concedido pelas autoridades angolanas para a preparação deste complexo julgamento demonstra, mais uma vez, as violações dos direitos de defesa de Carlos São Vicente. O arguido foi notificado apenas no dia 18 de Janeiro de 2022. Carlos São Vicente ainda

continua preso em Viana, apesar de a prisão preventiva ter terminado em 22 de Novembro de 2021. Devia ter sido solto, mas continua ilegalmente preso. Preparar um julgamento com o arguido é um processo difícil por estamos sujeitos a muitas limitações de tempo, de local, de privacidade e de acesso à informação.

Qual é o estado de saúde e psicológico de Carlos São Vicente?

Apesar da sua saúde frágil, devido à detenção ilegal e injustificada que sofre há mais de um ano, e das condições extremamente difíceis na prisão de Viana (em particular, falta de acesso a cuidados médicos apesar de graves problemas de saúde), São Vicente impressiona com o seu espírito de lutador. Ele espera que os juízes que decidirão o seu caso reconheçam as graves e sistemáticas irregularidades cometidas pelas

autoridades que anteriormente trataram do caso e cheguem à única conclusão possível, ou seja, de que ele é inocente. São Vicente padece de três doenças crónicas. Já esteve internado na clínica duas vezes. A segunda vez foi salvo da morte por um triz, chegou à clínica em estado crítico. Na prisão, tem tido várias crises hipertensivas que afectaram gravemente a sua saúde.

Apresentaram uma queixa contra o Estado angolano à ONU. O que esperam desta queixa, considerando que grande parte das pessoas acredita que não passa de uma queixa simbólica?

A queixa às Nações Unidas não é, de forma alguma, simbólica. Em várias ocasiões, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária constatou violações de direitos fundamentais de indivíduos e condenou os Esta-

dos relevantes, incluindo países muito "poderosos". É uma instituição altamente respeitada no mundo e as suas opiniões são muito influentes porque são emitidas por especialistas reconhecidos e não por políticos. Não temos dúvidas de que esta instituição chegará à mesma conclusão em relação à detenção de São Vicente e ao procedimento ilegal e manipulado que está a sofrer. Mas, além da situação de São Vicente, este procedimento perante a ONU vai ajudar todos aqueles que esperam justiça em Angola, aqueles que nunca são ouvidos e cujos direitos são violados todos os dias por um governo que coloca Angola à margem da comunidade internacional.

Que julgamento espera uma vez que a defesa, inúmeras vezes, afirmou que “São Vicente é vítima de diversas violações da presun-

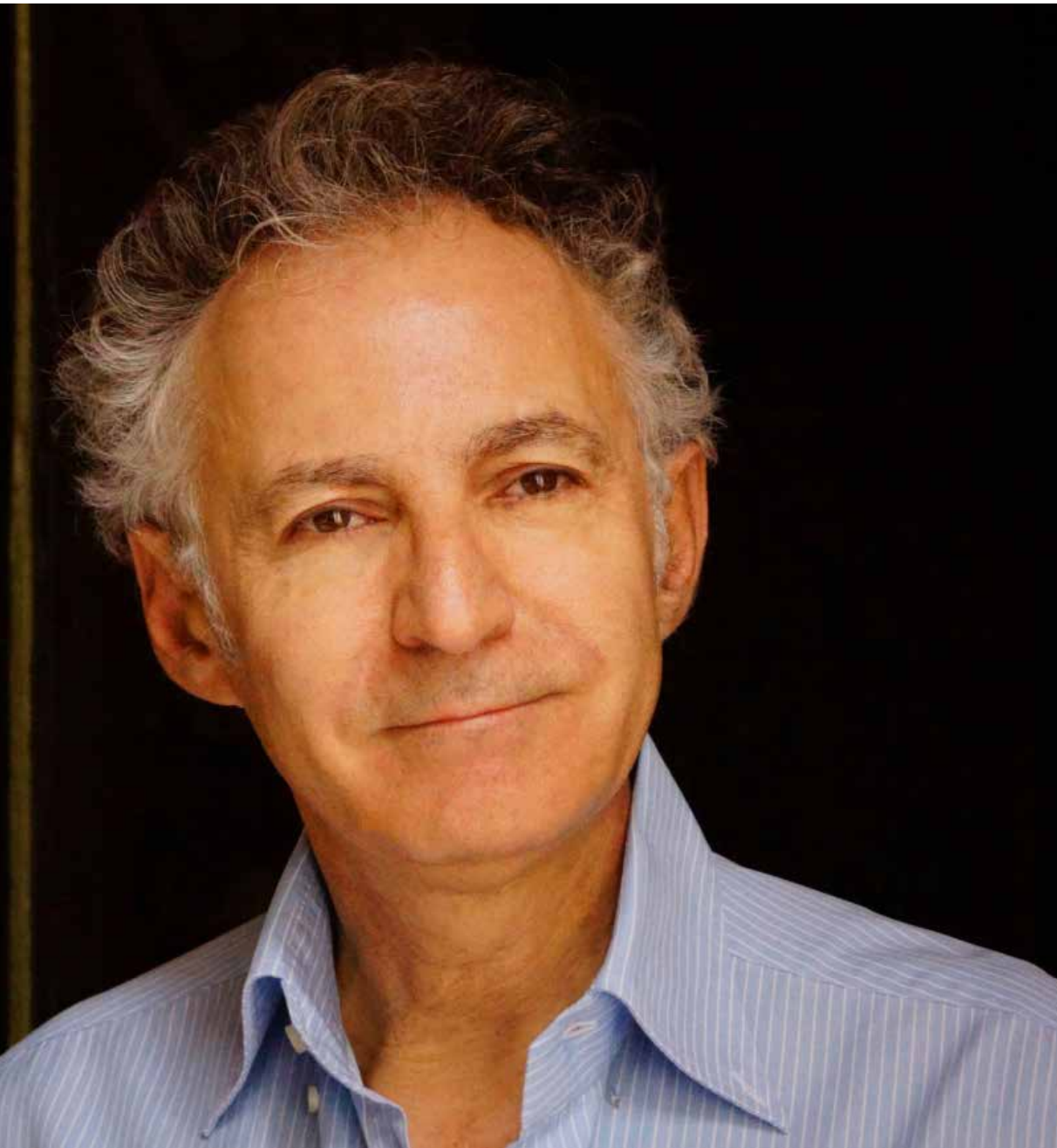
ção de inocência, do direito a um processo justo ou ainda do direito a uma defesa efectiva”?

Queremos acreditar que os juízes que agora terão de lidar com o caso terão a coragem de se distanciar da abordagem das autoridades que os precederam e poderão olhar objectivamente para os factos do caso. Se assim não for, São Vicente e a equipa de defesa não deixarão de denunciar perante as autoridades competentes as violações dos princípios fundamentais do julgamento justo, da presunção de inocência e do direito a uma defesa eficaz, seja em Angola, no estrangeiro, seja internacionalmente. Em particular, estamos certos de que a Suíça não aceitará cooperar com as autoridades angolanas em tal cenário.

Pode revelar alguns argumentos de defesa que estão preparados?

A prova dos autos demonstra que tanto a atribuição do mer-

“Queremos acreditar que os juizes que agora terão de lidar com o caso terão a coragem de se distanciar da abordagem das autoridades que os precederam e poderão olhar objectivamente para os factos do caso.”



cado segurador e ressegurador das actividades petrolíferas como as actividades exercidas há mais de 20 anos com dedicação e profissionalismo por São Vicente são inteiramente legais. Vários elementos demonstram isso, tal como as decisões oficiais e públicas que permitiram o desenvolvimento dessas actividades, os relatórios financeiros das diferentes entidades envolvidas, auditados por renomadas empresas internacionais, e os depoimentos de várias testemunhas credíveis e informadas. O caso da acusação é baseado em apenas um documento, um relatório que não é datado nem assinado. Nenhuma investigação séria pode considerar este elemento como credível, especialmente quando se trata de condenar um empresário que tanto fez pelo seu país e investiu na sua economia.

O histórico do processo dá conta que, solicitada através de uma carta rogatória das autoridades suíças, a PGR respondeu, a 7 de Agosto de 2020, que não existiam “indícios de prática de crimes de corrupção, branqueamento de capitais, participação económica em negócios ou qualquer outro crime em conexão com os factos constantes da carta rogatória”. No entanto, a 8 Setembro, a mesma PGR, depois de notícias, manda apreender activos do arguido e, a 22 de Setembro, é decretada a prisão. O que terá mudado que motivou a alteração do posicionamento da PGR? A PGR, apesar de inúmeras perguntas nesse sentido, nunca conseguiu explicar com credibilidade o que poderia ter justificado esta mudança de posicionamento. Todas as informações sobre o processo suíço e as actividades de São Vicente já estavam nas mãos desta autoridade no momento da

Ao apropriarem-se dos seus bens, as autoridades angolanas estão a demonstrar que já o consideram culpado, mesmo antes de ter tido um julgamento justo.

sua resposta em Agosto de 2020. Além disso, não houve investigação adicional entre esta resposta e a detenção de São Vicente apenas um mês depois, o que poderia ter justificado esta súbita mudança de posição. A PGR tentou explicar-se nos meios de comunicação

social angolanos dizendo ter recebido novas informações da Suíça durante o encontro entre a Sra. Eduarda Rodrigues e as autoridades Suíças. Isso simplesmente não é verdade, pois a Suíça não pode transmitir nenhuma informação fora dos procedimentos formais de assistência mútua e após uma decisão formal e final que ainda não foi emitida. O desenrolar dos acontecimentos em Setembro de 2020 e a cronologia mostram, pelo contrário, que a abertura do processo contra São Vicente e a sua prisão foram motivadas pela violenta campanha mediática que o atingiu após a divulgação pública do processo suíço e das quantias de dinheiro apreendidas naquele país. Estamos convictos de que se trata de uma decisão política, pois a PGR está legalmente obrigada a seguir as instruções do governo (como os tribunais espanhóis notaram recentemente noutro caso, quando se recusaram a extraditar uma pessoa para Angola por essa mesma razão). A acusação de São Vicente é um meio de campanha política do Governo, para desviar a atenção da população e tentar apaziguar uma população cada vez mais crítica às suas acções e à catastrófica situação económica e social do país.

Enquanto advogado, consegue explicar em que circunstâncias o arguido se tornou accionista maioritário da seguradora AAA, quando a empresa foi criada pela Sonangol?

A decisão de privatizar o sector segurador e ressegurador das actividades petrolíferas foi tomada desde a criação da estrutura, tal como aconteceu noutros sectores da economia angolana e no resto do mundo. Assim, mesmo que as empresas AAA tenham sido inicialmente constituídas pela Sonangol por razões de conveniência, foi decidido desde o início que as acções seriam atribuídas a entidades privadas o mais rapidamente possível. A transferência de propriedade à medida que a estrutura evoluiu foi resultado de decisões formais tomadas pelos vários conselhos de administração e accionistas devidamente autorizados. Cada passo foi tornado público através de publicações oficiais acessíveis a todos. A própria Sonangol confirmou que não tem reclamações a este respeito em duas declarações oficiais apresentadas às autoridades suí-

ças. É simplesmente inconcebível sustentar, mais de 20 anos após os factos, que essa transferência de propriedade era ilegal quando era conhecida por todos os interessados e pelo público sem levantar a menor objecção.

Apesar de o caso ainda não ter sido julgado, alguns dos activos das AAA, com destaque para os edifícios, já passaram para a esfera do Estado. Que leitura a defesa faz dessa decisão das autoridades angolanas?

Sabemos a diferença entre um processo judicial e um assalto do Estado! Esses elementos são uma confirmação factual objectiva e indiscutível da violação da presunção de inocência do nosso cliente. Num Estado de Direito, tal atribuição só pode ocorrer após uma decisão final de condenação e confisco por um tribunal independente. No nosso caso, São Vicente não foi condenado e deve beneficiar da presunção de inocência. Ao apropriarem-se dos seus bens, as autoridades angolanas estão a demonstrar que já o consideram culpado, mesmo antes de ter tido um julgamento justo. Essa atribuição nada mais é do que uma extorsão do Estado que poderia explicar, além das motivações políticas acima mencionadas, as razões da abertura do processo. Que investidor confiará num Estado capaz de tais acções? É contra os interesses económicos e a reputação do país. Estas acções geram insegurança jurídica e incerteza entre os investidores. Além de afugentar e repelir investidores, tais acções podem levar também outros investidores a desinvestir e a adiar investimentos planeados.

Será a crónica de uma condenação anunciada?

Correcto. Podemos até acrescentar que isso provavelmente demonstra que as autoridades judiciais receberam instruções nesse sentido. Esperamos, no entanto, que os juizes que em breve irão conhecer o caso tenham a coragem de denunciar estas práticas e de provar a inocência de São Vicente.

O Governo, em 2018, entretanto, aprovou a compra de alguns destes edifícios. Sabe se este negócio se concretizou?

É correcto que o Governo adquiriu edifícios AAA em todas as províncias de Angola, ainda antes de 2018, para os usar para fins públicos.

Gestão

TIDA COM A MAIOR EMPRESA DE ENTRETENIMENTO

Do aluguer de discos nos EUA ao domínio mundial da TV online

STREAMING. Abriu portas para aluguer de filmes e, passado um ano, passou à entrega de DVD por correio. Hoje, a Netflix é tida como uma das maiores empresas do mundo na oferta de filmes e séries por streaming. Conta com cerca de 221 milhões de assinaturas.



Por Redacção

Balanço financeiro da Netflix nos últimos quatro anos

	Receitas	Lucros
2018	4,19 mil milhões USD	134 milhões USD
2019	5,47 mil milhões USD	587 milhões USD
2020	24,3 mil milhões USD	542 milhões USD
2021	30 mil milhões USD	607,429 milhões USD

Começou por alugar filmes via correio a uma taxa fixa a clientes dos Estados Unidos e chegou a acumular uma colecção de 100 mil títulos e mais de 44 milhões de assinantes. A Netflix, fundada a 29 de Agosto de 1997 pelo filantropo Reed Hastings e pelo empresário Marc Randolph, na Califórnia, reformulou, em 2007, o modelo de negócio. Passou a disponibilizar na plataforma

de streaming a transmissão ilimitada de filmes, séries e documentários. Para o acesso mensal, no formato 24 horas por dia, os assinantes pagam uma taxa fixa para

conteúdos em smart TV, smartphones, tablets e videojogos.

Em 2013, começou a produzir conteúdos próprios, como House of Cards, Orange is the New Black,

Stranger Things, Narcos e 13 Reasons Why. Um exercício que permitiu, em 2014, a que o director e co-fundador Reed Hastings fosse eleito bilionário pela Revista For-

bes, depois de as acções da empresa terem disparado até 300%. Em 2018, entretanto, ponto mais alto do crescimento da plataforma, a fortuna de Hastings disparava para 3,7 mil milhões de dólares.

Em Novembro de 2021, a Netflix passou a fortuna da The Walt Disney Company e tornou-se na empresa de entretenimento com maior valor de mercado do mundo, com 291 biliões de dólares.

Actualmente, propõe-se disponibilizar acesso fácil a filmes e a programas de televisão, bastando que o usuário faça um cadastro na plataforma e desfrute do serviço gratuito por 30 dias.

Solda
do vivo



VDS

VALENTINE'S DIAMOND SHOW

19.FEV.2022

DAS 18h30 ÀS 22h | HOTEL DIAMANTE

JANTAR DE GALA | DESFILE DE JOIAS COM DIAMANTES | SHOW INTIMISTA

PARA MAIS INFORMAÇÕES

☎ 936 727 137 | 998 727 137

✉ eventosbumbarmedia@gmail.com



Parceiros



Media Partners



(In)formalizando

CRISE SANITÁRIA NÃO INIBIU PROCURA

Hospedarias continuam rentáveis na pandemia

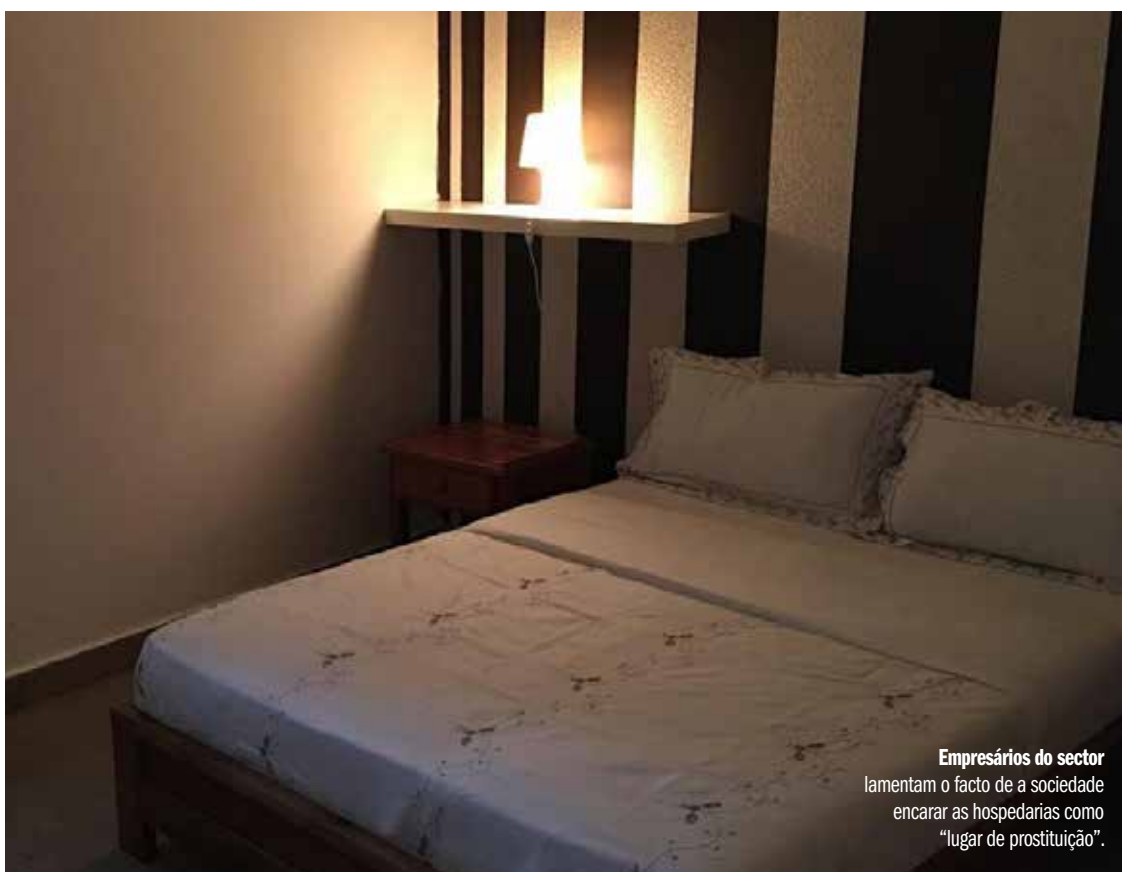
ALOJAMENTOS. Negócio resistiu a todas as restrições impostas pela pandemia da covid-19 e níveis de clientes continuam os mesmos da época pré-pandemia aos fins-de-semana. Na maior parte dos casos, não houve mudança de preços.

Por Guilherme Francisco

Contrariamente aos hotéis que viram a taxa de ocupação cair drasticamente por conta do encerramento das fronteiras, devido à pandemia da covid-19, o segmento das hospedarias resiste aos efeitos da crise sanitária que devastou a economia. Desde o fim do Estado de Emergência, decretado em Março de 2020, o negócio voltou quase à normalidade, à semelhança da época pré-pandemia, sem alterações relevantes de preços nos diferentes modelos.

Os preços são para todos os gostos e bolsos. Podem começar dos 2.500 kwanzas por hora e atingir os 10 mil, dependendo das condições que o quarto oferece. Na opção diária, as regras são as mesmas. Quanto mais conforto, maior é o preço e há situações em que ultrapassa a fasquia dos 20 mil kwanzas. E há situações em que as casas oferecem descontos na diária, no caso de o cliente usar outros serviços, como o da restauração.

Neste segmento, gestores e funcionários não têm grandes reclamações de falta de clientes. Nas diferentes hospedarias, visitadas pela nossa reportagem, na cidade de Luanda, a procura mantém-se, sobretudo, aos fins-de-semana, altura em que a procura é mais do que a oferta e se registam mais reservas. Há situações em que os clientes têm de aguardar no restaurante até que surja um quarto desocupado, como tem acontecido



Empresários do sector lamentam o facto de a sociedade encarar as hospedarias como “lugar de prostituição”.

40

Número de clientes que podem ser atendidos num estabelecimento em apenas um dia de fim-de-semana.

no Kizomba, de Viana e da Touroada, e no Tweva. Por isso, certas hospedarias evitam fazer diárias nos dias de muita demanda com vista a facturar mais.

Em média, os estabelecimentos visitados, com 12 a 18 quartos, chegam a atender 40 clientes num dia de fim-de-semana, sendo que a

maioria paga duas, acabando, muitas vezes, por esticar para até três ou quatro horas. Com excepção do Kizomba, que tem 50 quartos que ficam também todos ocupados. O que indica que, num sábado, por exemplo, cobrando quatro horas a 10.500 kwanzas pode facturar mais de meio milhão, sem agregar outros ganhos com a restauração.

“Nesta época de covid-19, pensávamos que teríamos poucos clientes por causa das restrições. O fluxo continua o mesmo, apesar das medidas mantemos o número de clientes, às vezes excedemos”, conta José Bunga, gestor da Tweva.

Bunga explica que, para manter os clientes, visto que se encontra

num perímetro com sete concorrentes, aposta na boa acomodação e ética. “O bom atendimento é o segredo porque o que tem acontecido são os clientes habituais a comunicarem a outros”, detalha, lamentando, entretanto, o facto de a sociedade encarar as hospedarias como “lugar de prostituição”, enquanto se trata de espaços que acolhem recém-casados, casais que queiram ter momentos privados, viajantes e não só.

Outra unidade que não se queixa de quedas de clientes é a hospedaria Ngueza. Pela demanda, investiu, no ano passado, em mais uma, perto da antiga que não conseguia atender à clientela. Funcionários contam que não vivem tantas dificuldades sobvindas da pandemia.

Se uns não se queixam, outros o fazem porque a pandemia arrancou clientes. É o caso das hospedarias Afonseca, Façanhas e Casa In. A primeira contabiliza uma queda de quase 50% de clientes, sendo que antes variava entre 50 e 60 diariamente. Para contornar a situação, equaciona reactivar o restaurante. Já as duas últimas estimam uma perda de 70%.

Várias empresas deste segmento declaram não terem despedido ou suspenso contratos com os funcionários desde o início da pandemia. Quanto às medidas de biossegurança, asseguram que as cumprem à risca, desde a mudança de lençóis e desinfecção. E apontam como sinal de cumprimento das medidas a manutenção dos clientes. Além dos serviços de quartos, muitas destas empresas oferecem serviços de restauração, venda de produtos de massagem, cosméticos e piscina.

MEMORIZE

- Várias empresas deste segmento declaram não terem despedido ou suspenso contratos com os funcionários desde o início da pandemia. Além dos serviços de quartos, muitas outras oferecem serviços de restauração, venda de produtos de massagem, cosméticos e piscina.



Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A actualidade mundial andou, esta semana, marcada novamente pela covid as suas variantes e todas as perguntas que continua a levantar. Andou marcada pela tensão Moscovo/Washington, com a troca de avisos e de acusações a subir de tom, com a Rússia a dizer que os EUA e a NATO andam a fornecer armas à Ucrânia (que está bem perto do seu quintal), e os EUA e a NATO a dizerem que a Rússia está a movimentar as suas tropas para invadir a Ucrânia... No Reino Unido, a tensão deriva do 'Partygate' e das festas que o primeiro-ministro permitiu e em que participou em plena pandemia, com as restrições que ele mesmo havia anunciado no que já se tornou uma investigação oficial. E, aqui mais perto, o continente regista mais um golpe de Estado, o terceiro em pouco mais de seis meses, a vez do Burquina Faso. Tudo isto enquanto o barril de petróleo se aproxima dos 100 dólares e entre nós o 'xonera/nomeia' continua, e continua com a elegância de um elefante numa loja de porcelana...

Porquê exonerar assim, tipo tentativa de provocar ataque cardíaco, apanhando os exonerados de surpresa, no caso do ex-comandante da Polícia Nacional, até em missão de serviço em que representava as instituições do país lá fora? Que imagem deixa lá fora? E dando continuidade às exonerações discricionárias que deixam mais perguntas do que respostas, uma tradição governativa daquelas que mereciam "corrigir o que está mal", não?

A boa notícia da semana que passou foi para os funcionários da ZAP Viva. Parece que orar resulta



(ou que há muito medo das pragas vindas de não ouvir as orações) porque o Ministério da Comunicação Social foi instruído a manter os empregos da estação televisiva a que retirou a licença com base numa falha administrativa qualquer tão mal explicada quantos à maioria das exonerações.

E não deixa de ser cómico este padrão de ordens superiores para manter os empregos de empresas que as ordens superiores colocaram em quase falência. Padrão porque vimos a mesma atitude quando o Ministério do Comércio reagiu a notícias de que uma das cadeias de supermercados que foi apreendida iria despedir trabalhadores. "Não estão autorizados a despedir ninguém!" – foi o que os gestores ouviram segundo fontes das empresas... Confiscam, travam o investimento dos accionistas, põem em causa contratos

com terceiros, bloqueiam, manietam, mas exigem que se mantenham os empregos porque mais desemprego fica mal ao Governo – é cómica esta dissociação cognitiva da relação causa-efeito. Temos bons comediantes.

As imagens das filas de jovens de currículo na mão no Kero, na semana que passou, depois de anunciar que estaria a contratar, e antes disso, das filas no Grupo Boa Vida, as filas à porta do hotel que o chefe foi inaugurar em plena pandemia só para ter fita para cortar, e as filas que se registam sempre que há anúncios de emprego, ilustram bem o que é o desespero dos jovens angolanos, cerca de 60% dos quais desempregados. Um desespero que merecia melhor do que esta gestão atabalhoada, confusa, desordeira e desleixada, que leva a que um ministério suspenda activida-

E não deixa de ser cómico este padrão de ordens superiores para manter os empregos de empresas que as ordens superiores colocaram em quase falência.

Porquê exonerar assim, tipo tentativa de provocar ataque cardíaco, apanhando os exonerados de surpresa, no caso do ex-comandante da Polícia Nacional, até em missão de serviço em que representava as instituições do país lá fora?

des sem se preocupar em como as empresas vão cumprir contratos e pagar salários, para entrar depois em pânico quando começa a parecer mal, obrigando a que venham anunciar que vão manter empregos, tendo o Estado que assumir encargos que eram de privados.

Um amadorismo predatório para o empresariado privado que só cimenta a instabilidade que não pode senão afugentar investidores que se quer atrair.

São boas notícias para o grupo de jovens da Zap Viva, mas e agora pergunto eu? Vão fazer o mesmo e responsabilizar-se por todo o restante desemprego que a gestão atabalhoada das ordens superiores gerou? Há desempregados dos outros dois canais que foram suspensos com a mesma desculpa de que faltava um documento ou questão administrativa qualquer. Mas há desemprego causado no sector da distribuição, na banca, na construção, na hotelaria, enfim, será que a solução é orarem todos em grupo para que o Governo, que anda a piorar o que estava mal em vez de melhorar seja o que for, os enquadre na função pública também?

A alternativa, mais efectiva à oração, tem sido sem dúvida a greve. E temos visto várias, que aconteceram ou que ficaram pela ameaça, com resultados em termos da negociação com o Governo e com as empresas públicas quase imediatos. São exemplo a greve dos médicos que culminou com algumas vitórias da parte da classe que reivindicava, por exemplo, o levantamento da suspensão ao líder do sindicato, e é exemplo a greve dos taxistas que, apesar do aproveitamento político que se fez, foi bem-sucedida no reverter imediatamente das restrições que haviam sido aplicadas à lotação dos táxis. No entanto, há ameaças de greve por parte do sector da hotelaria e restauração, por parte dos enfermeiros, por parte dos técnicos de comunicação das empresas públicas, por parte dos funcionários da Epal, e, esta semana, entraram em greve os professores que reivindicam aumentos salariais numa moda que parece ter pegado. Sectores descontentes e que têm o potencial de espalhar o seu descontentamento não faltam.

E, à medida que nos aproximamos de eleições, vemos cada vez mais o Governo, com a sua gestão assarapantada, andar feito bombeiro com balde a apagar os fogos que parecem espalhar-se à sua volta cada vez com mais rapidez. Esperemos que não lhe falte a água por causa de uma greve qualquer, enquanto marcamos aqui encontro para a próxima semana na sua Rádio Essencial e no **Valor Económico**.

é importante focar no objectivo de longo prazo: o aumento da confiança no SFA e o crescimento da economia angolana.



Vantagens e desafios de um aviso único para o sistema financeiro



Leonor Peleja,
Manager
EY, Consulting
Financial
Services

A solvabilidade e resiliência financeira das Instituições Bancárias (IFB) consolidam a credibilidade internacional do Sistema Financeiro Angolano (SFA), promovendo um ambiente propício ao investimento internacional em Angola. Assim, o Banco Nacional de Angola (BNA) iniciou um processo de alinhamento do quadro prudencial bancário com as melhores práticas internacio-

nais, nomeadamente os principais instrumentos de regulamentação e de supervisão Europeus. Deste contexto resultaram publicações de novas normas regulamentares, entre elas o Aviso 8/2021 que revogou cerca de 13 normativos (avisos e instrutivos), tornando-se num Aviso único que concentra: (i) Requisitos Prudenciais, (ii) Requisitos de Fundos Próprios, (iii) Processo de Supervisão de Gestão de Risco, (iv) Disciplina de Mercado.

Ao longo de 2021 foram publicados instrutivos que detalham as especificidades exigidas no Aviso 8/2021, nomeadamente, a Outubro de 2021, o BNA publicou 10 Instrutivos, a serem implementados no início de 2022. Estes instrutivos, combinados com a informação existente no Aviso, introduzem um tratamento mais completo e complexo ao nível prudencial. As

principais alterações são sintetizadas nos tópicos seguintes:

1. Aumento das exigências ao nível do Capital, nomeadamente pela introdução dos requisitos mínimos para riscos de pilar 2, das reservas macroprudenciais e de uma margem de capital para cenários macroeconómicos adversos. A exigência ao nível do Capital surge ainda pela revisão dos mapas prudências sobre o cálculo dos Requisitos de Capital para os diversos riscos e sobre o Limite dos grandes riscos, uma vez que estes influenciam directamente o rácio de solvabilidade.
2. Aumentos dos requisitos de Liquidez, quer por via do aumento do limite regulamentar, quer por via do tratamento dos Títulos de Dívida Pública, Obrigações e Acções;
3. Introdução do requisito de

Rácio de Alavancagem;

4. Aguarda-se, ainda, a publicação de um instrutivo referente a um novo reporte sobre Disciplina de Mercado e o Instrutivo sobre Testes de Esforço que revogará o actual.

Tendo em conta as reformulações aqui sintetizadas, juntamente com outras publicações recentes e previstas, é visível o desafio para as IFB ao nível (i) da capacitação de recursos, (ii) sofisticação tecnológica e (iii) (principalmente) ao nível da necessidade de evolução das práticas de gestão de risco. Neste contexto de constante exigência, é importante focar no objectivo de longo prazo: o aumento da confiança no SFA e o crescimento da economia angolana. Assim, o cumprimento destas alterações deverá estar no topo das preocupações de todos os agentes económicos.

Economia 100 Makas

Aceitam-se apostas se o Governo vai divulgar os beneficiários dos contratos públicos

O Chefe do Governo que, em boa hora, promete divulgar os nomes dos beneficiários efectivos dos contratos públicos é o mesmo que, ainda há poucos dias, numa entrevista colectiva, considerou devassa da vida privada a publicação das declarações de rendimentos e património dos gestores públicos.



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia



Um dos maiores ganhos dos programas com o FMI é sem dúvida ao nível da transparência.

Se hoje conhecemos as contas auditadas da Sonangol e do Banco Nacional de Angola (BNA) é graças ao primeiro acordo com a instituição financeira internacional celebrado em Dezembro de 2009. Refiro-me ao Stand By Arrangement, programa de ajuda à balança de pagamentos de Angola na sequência do trambolhão do preço do petróleo provocado pela crise financeira internacional de 2008.

Como se recordarão, o Governo começou por dizer que a crise financeira não afectaria Angola porque o nosso sistema financeiro não estava exposto aos empréstimos hipotecários de alto risco que originaram a chamada crise de subprime nos Estados Unidos da América. Ledo engano.

De facto, os nossos bancos não estavam expostos ao subprime mas a crise financeira dos EUA rapidamente se propagou a outros países e, mais cedo do que tarde, contagiou a economia real dos países afectados, entre os quais os maiores consumidores de petróleo. Com a quebra da actividade económica a procura de ouro negro reduziu-se. Menos procura para a mesma oferta igual a preço mais baixo.

Petróleo mais barato, significa problemas económicos para Angola, fortemente dependente dos petrodólares.

Os mesmos que disseram que Angola não seria afectada pela crise financeira internacional tiveram de ir bater à porta do FMI para pedir ajuda para tapar os buracos nas contas públicas e externas, os chamados défices gémeos.

A instituição aceitou 'largar' 1,4 mil milhões ao longo de três anos, mas, como não há almoços grátis, impôs condições.

Uma delas era a publicação das contas auditadas da Sonangol e do BNA. O programa com o FMI terminou em 2012 e (re)começaram os problemas com a publicação das contas que ou eram publicadas com atraso ou eram publicadas incompletas.

Em 2014, o petróleo voltou a baixar trazendo consigo de volta

os défices gémeos e colocando na agenda um novo pedido de ajuda de Luanda a Washington. O pedido tardou mas chegou, na segunda metade de 2019, pela pena do novo presidente, João Lourenço (JLo). A resposta não tardou, chegou em Dezembro de 2019 sob a forma de um programa de financiamento alargado no valor de 3,7 mil milhões USD aumentados para cerca de 4,5 mil milhões em 2020 com a covid-19.

Mais uma vez, no menu das exigências do FMI vinham questões ligadas à transparência, nomeadamente a publicação até final de Setembro de 2018 no portal do Instituto de Gestão Activos e Participações do Estado (Igape) as contas anuais auditadas de 2018, no mínimo das 15 maiores empresas públicas. Em 4 de Outubro de 2019 o IGAPE apresentou as contas de 59 empresas, incluindo as 15 maio-

res, perante 89 gestores públicos.

Actualmente, a apresentação das contas das empresas públicas é uma rotina, tendo subido para 71 o número de empresas que entregaram demonstrações financeiras de 2020.

Ou seja, o Governo foi mais longe do que o exigido pelo FMI o que é de elogiar.

Onde o Governo também quer ir mais longe e que pode marcar uma nova era em matéria de transparência é na contratação pública.

No acordo de financiamento alargado, o FMI exigiu igualmente do Governo que adjudicasse por concurso público pelo menos 45% dos investimentos públicos de valor superior a 182 mil milhões kz não financiados por linhas de crédito externas. Ainda nesta matéria, com o objectivo de promover os concursos públicos, as unidades orçamentais foram incentivadas a publicarem

os planos de compras para conhecimento dos potenciais fornecedores. Adicionalmente passaram a ser publicados os nomes dos representantes dos vencedores dos concursos públicos. E pode vir aí mais!

Na carta enviada Kristina Georgieva, directora-geral do FMI, no âmbito da sexta avaliação do programa, o Governo angolano garante estar a trabalhar para eliminar as barreiras legais que impedem a publicação dos nomes dos beneficiários efectivos dos contratos públicos.

A acontecer, a publicação dos nomes dos últimos beneficiários das empresas que ganham os contratos públicos, será a cereja no topo do bolo em matéria de transparência na contratação pública.

Escrevi a acontecer, porque quando a esmola é grande o povo desconfia. O Chefe do Governo que promete divulgar os nomes dos beneficiários efectivos dos contratos públicos é o mesmo que, ainda há poucos dias, numa entrevista colectiva, considerou devassa da vida privada a publicação das declarações de rendimentos e patrimónios dos gestores públicos. E foi também o mesmo JLo que levou, sob a forma de uma carta que vazou para o público, um puxão de orelhas da sua ministra das Finanças por, alegadamente, estar a entregar "a torto e a direito" e de forma ilegal contratos públicos por ajuste directo.

Esperemos para ver. Sendo que temos de ser mesmo nós a ver dentro de casa porque o FMI esse perdeu todo o poder negocial em Dezembro depois de o programa de financiamento alargado ter terminado com o desembolso da última tranche dos 4,5 mil milhões USD.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**



Eliseu Gaspar, presidente do Fórum Empresarial dos PALOP

A segunda edição de janeiro do Valor Económico trazia uma entrevista em que Eliseu Gaspar, presidente do Fórum Empresarial dos PALOP dizia que o governo usurpa o papel do sector privado ao criar cooperativas e que em Angola os empresários estão à deriva. A pagina do VE no Facebook registou na semana que passou mais de 9 mil reações entre comentários e emoções e partilhas, alcançando mais de 87 mil internautas.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Arilson Pedro Miguel

Há muita coisa que não é papel do governo... mas o regime ainda pensa e age como um partido único comunista.



Apolinário Quinta

As empresas estrangeiras e não só precisam ter a cultura de comprar terrenos. O Estado tem de deixar de atribuir terrenos. Por isso, estamos constantemente a violar a lei de terras. A empresa tem certo montante para investir faça parceria. Essa gente vem apenas para lucrar. Os chineses não são bons investidores. Basta ver como fogem ao fisco nos actuais centros comerciais "cidade da China". O GPH está a agir bem. Já perdemos muito terrenos. Que a empresa compre as terras ou faça parcerias. São neocolonialistas com capa de investidores. Empresas sem um plano para responsabilidade social.



Fernando Guelengue

Parabéns pelo trabalho. O jornal está cada vez mais no seu melhor.



Horacio Junior

Os nossos economistas são uns líricos. As pessoas não têm experiência alguma, precisam que o estado os ajude. Não é o estado que cria, apenas ensina como se faz. É isso que o estado está a fazer.



Augusto Pereira De Vaz Saraiva

Empreender em Angola é uma aventura fantasmagórica.



Joao Madureira

À deriva ou agora não veem dinheiro dos bancos? Nunca souberam ser empresários



Campos Da Silva Roberto

Própria Angola também está à deriva. É normal



Ilson Mendes

O país foi construído dentro de um sistema feito para não funcionar para as pessoas que não são membros dos comités. Ouvi atentamente a declaração do presidente da Associação ligada aos empresários que me deixaram assustado era mais ou menos assim "desde que estou a frente da referida instituição, nunca ouvi falar do grupo Carrinho, agora do nada aparece e compra bancos e ganha a gestão da reserva estratégica alimentar" só estes argumentos em si seriam o suficiente para os órgãos ligados a segurança e a justiça especializado no combate ao branqueamento de capitais entre outros viessem a terriero para se pronunciarem.



Nelo CF

Como é que não vão andar a deriva se os próprios políticos dão mais abertura ou entregam quase tudo ao Ocidente!



Luís Tavares Neto Luís

Estavam habituados a receber os créditos e não pagar impostos. Vão lá chorar longe. Acredito que todos esses chorões, têm altas somas de dinheiro por pagar em impostos. Outros receberam e nem fazem parte das listas dos devedores



Jailsa Alves

Empresário que só pensam em engordar as contas bancárias. Melhorar as condições de vida da população e em particular os trabalhadores que é dever e direito nada fazem. Não sabem ser empresários. Aqui em Angola para desenvolver tem que se aliar a um grande.... Lamentável



Midus Midi

Tive em tempos um Professor que me disse: "na vida só progride dois tipos de empreendedores/empresários. Os que conseguem criar lobby ou os que se entregam a um." Todos os outros "crescem" dentro dos limites impostos pelos lobbys.



Jafeth Prata Prata

O problema é que os empresários são políticos, que têm tudo ao seu dispor, empresários privados perdem espaço se não se alinharem aos políticos, este é o problema.



Cassiano Sousa

Há quem queira cá investir 500 milhões de \$ e empregos para 5 mil pessoas e só lhe estão a complicar a vida e o projeto por causa das GASOSAS, então como ficamos!! Enfim sempre a mesma Mer... !!

Covid-19



AUMENTO DE INFECCÕES E VACINADOS

UE admite aliviar regras para viagens

Os ministros dos Assuntos Europeus debatem novas regras para viagens na União Europeia (UE), baseadas no estado de vacinação contra a covid-19 de cada viajante, para evitar restrições como teste e quarentena perante o aumento de casos e vacinados.

No Conselho de Assuntos Gerais, os ministros europeus vão fazer um ponto de situação sobre a coordenação ao nível europeu relativamente às viagens no espaço comunitário, esperando-se novas recomendações sobre as fronteiras da UE, de acordo com a agenda da reunião.

Numa altura de elevado ressurgimento de casos de infecção com o coronavírus, que não se

traduz para já em elevadas taxas de internamento ou de morte, a previsão dos especialistas é que a maioria dos europeus ganhe imunidade natural devido ao contágio ou protecção devido às vacinas, pelo que os países comecem a levantar imposições adicionais para viajantes vacinados da UE, como a de apresentar teste negativo ou de fazer quarentena na chegada ao país.

É isso que estará em cima da mesa na reunião dos ministros de Assuntos Gerais, segundo fonte da presidência francesa do Conselho da UE, que disse à Agência Lusa que será discutida uma revisão da recomendação relativa às medidas para as frontei-

ras internas, “tendo em conta os avanços na vacinação e a expansão da variante Ómicron”.

O objectivo é, então, “passar de uma abordagem baseada na situação epidemiológica em cada região para uma abordagem individual baseada no estado de vacinação de cada viajante”, precisou a mesma fonte.

A recomendação agora discutida surge depois de, em meados de Junho de 2021, o Conselho da UE ter adoptado uma recomendação para abordagem coordenada nas viagens, propondo que os vacinados e recuperados da covid-19 não sejam submetidos a medidas restritivas como quarentenas ou testes.

PARA PRODUTOS DE SAÚDE

PR aprova financiamento de 50 milhões de euros

O Presidente da República aprovou a celebração de um acordo de financiamento, entre Angola e o Banco Europeu de Investimento, no valor de 50 milhões de euros para compras e abastecimento de produtos de saúde de combate à covid-19.

João Lourenço refere que a medida surge da necessidade de execução do Plano Nacional de Preparação e Resposta à covid-19, visando mitigar o impacto da pandemia no país.

O acordo deve assegurar os recursos financeiros necessários para financiar o Projecto de Apoio à Gestão das Compras e de Abastecimento de Produtos de Saúde, no quadro da resposta nacional de combate à covid-19.

A ministra das Finanças, em representação do Governo, é autorizada, com a faculdade de subdelegar, a assinar o acordo de financiamento e toda a documentação para o efeito.



DURANTE O CONFINAMENTO EM 2020

Boris Johnson teve festa de aniversário



O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, comemorou o aniversário com vários amigos em pleno confinamento, apesar da norma que vigorava na época.

Segundo a ITV, Boris Johnson participou de uma festa de aniversário organizada por sua esposa na tarde de 19 de Junho de 2020, durante o primeiro confinamento, apesar deste tipo de reunião estar proibida na época.

Compareceram à festa até 30 pessoas. Segundo uma porta-voz de Downing Street, Boris Johnson teria permanecido “menos de dez minutos” nesta reunião.

A ITV News reportou que vários amigos da família do governante participaram de outro evento organizado na noite de 19 de Junho, o que foi desmentido pelo gabinete do primeiro-ministro.

“Isso é completamente falso.

Seguindo as regras daquela ocasião, o primeiro-ministro recebeu um pequeno número de familiares, em área externa, naquela noite”, informou a Downing Street.

Boris Johnson está na mira da imprensa após a revelação de uma série de festas comemoradas em Downing Street durante o confinamento, e actualmente atravessa sua pior crise de popularidade desde que chegou ao poder, em 2019.

A OMS PREVÊ que a fase aguda da pandemia terá fim este ano, mas considera "perigoso supor que a Ómicron será a última variante", segundo o diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus.



VACINAÇÃO

Guiné-Bissau pede correcção de dados

O Alto-Comissariado para a covid-19 da Guiné-Bissau pediu à Organização Mundial da Saúde (OMS) que corrija os dados referentes à vacinação no país, considerando como uma “discrepância gritante” os números divulgados pela agência da ONU.

“No portal da OMS refere-se que a taxa de cobertura da vacinação contra a covid-19 no nosso país é de 1,2%, facto que nos causa grande estranheza pela discrepância gritante dos dados divulgados com a realidade”, refere, em comunicado, o Alto-Comissariado, estrutura que coordena o combate à pandemia na Guiné-Bissau.

“A actual taxa de cobertura da população alvo, constituída por maiores de 18 anos, que se encontra totalmente vacinada já atingiu 38%, enquanto a população alvo a que se administrou pelo menos uma dose está nos 57%”, pode ler-se no comunicado enviado à imprensa.

O Alto-Comissariado para a Covid-19 da Guiné-Bissau considera que o erro na publicação da OMS “desvirtua a realidade sobre a vacinação” no país e pode “gerar suspeições desnecessárias”.

“Solicita-se da parte da OMS a correcção ou actualização dos dados constantes no seu portal como tem feito em relação aos demais dados sobre a situação da covid-19 no país”, salienta o Alto-Comissariado.

Aquela entidade sublinha também que a “OMS tem no país um consultor que trabalha com a equipa nacional na gestão dos dados de vacinação, mantendo-se uma comunicação diária entre a equipa nacional e o consultor” da agência das Nações Unidas.

OMS

85% da população de África sem qualquer dose

O líder da Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que cerca de 85% da população africana ainda não recebeu a primeira dose da vacina contra a covid-19, que todos devem levar para acabar com fase aguda da pandemia.

Tedros Adhanom Ghebreyesus recordou que 86 países não conseguiram atingir o objectivo de 40% de vacinação até 2021, e 34 deles, na sua maioria em África e no Médio Oriente, não atingiram sequer 10% da população.

“Não podemos terminar a fase aguda da pandemia se não colmarmos esta lacuna”, salientou o chefe da OMS, no seu discurso de abertura da 150.ª sessão do Conselho Executivo da organização.

Embora admitindo que as vacinas “não são uma panaceia para acabar com a pandemia”, Tedros Ghebreyesus sublinhou que aquelas são importantes para reduzir a gravidade da crise pandémica, e que o objectivo de alcançar uma taxa de vacinação de pelo menos 70% em todos os países do mundo até final de 2022 deve ser mantido.

O director-geral da OMS abordou ainda outras questões no seu discurso principal, incluindo o financiamento da organização que dirige, e advertiu que este aspecto deve ser melhorado para que possa assegurar o seu papel coordenador nos sistemas de saúde mundiais.

“Se o actual modelo de financiamento continuar, estamos a caminhar para o fracasso”, afirmou o responsável.



A PARTIR DE 11 DE FEVEREIRO

Reino Unido elimina testes para viajantes vacinados

O governo britânico anunciou que vai deixar de exigir vacinadas testes à covid-19 à chegada a Inglaterra e reduzir também os testes às pessoas não vacinadas, colocando o país “a um passo da normalidade”.

A partir de 11 de Fevereiro, pessoas com duas doses de uma vacina covid-19, ou uma dose da Janssen, que chegam do estrangeiro deixam de ser obrigadas a realizar um teste rápido nas primeiras 48 horas após a chegada ao país.

A única formalidade que permanece é o preenchimento de um formulário de passageiro simplificado com os seus dados pessoais e médicos.

Aos não vacinados continua a ser exigido um teste pré-embarque e um PCR nas primeiras 48 horas após a chegada, mas deixam de estar obrigados a isolamento de 10 dias ou a um segundo teste PCR no oitavo dia após a chegada.

Menores de 18 anos estão isentos de testes ou sujeitos às regras das

pessoas vacinadas.

Numa intervenção no Parlamento, o ministro dos Transportes, Grant Shapps, descreveu este como um “sistema proporcional que nos deixa a um passo da normalidade, mantendo as protecções vitais da saúde pública”.

O anúncio aplica-se por enquanto apenas a Inglaterra, mas os governos autónomos da Escócia, País de Gales e Irlanda têm-se alinhado geralmente com as decisões do governo britânico nas regras de viagens internacionais.

“Estamos a entrar numa nova fase da luta contra a covid. Em vez de proteger o Reino Unido de uma pandemia, o nosso futuro depende de vivermos com covid endémica. Assim como vivemos com a gripe, por exemplo”, disse Shapps.

O presidente executivo da EasyJet, Johan Lundgren, saudou a notícia, dizendo que “os testes para viagens devem agora tornar-se firmemente uma coisa do passado”.

Marcas & Estilos



Para uma boa aventura

A pasta da Harber London dispõe de alças mega-confortáveis, dois bolsos grandes e um menor para pequenos objectos. As alças são funcionais e pode usar para carregar o guarda-chuva, jornal ou segurar o casaco. Perfeito para o dia-a-dia ou uma aventura de viagem.



Com estilo e conforto

Um quimono para qualquer ocasião. Relaxe em casa ou à beira da piscina com conforto e estilo. É versátil e uma ótima adição ao guarda-roupa, criando infinitas opções de roupas. Um ajuste perfeito em todas as formas e tamanhos.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 27 DE JANEIRO

'Conversas da Academia à Quinta-feira', promovido pela Academia Angolana de Letras, com diferentes convidados. A partir das 19h00.

ATÉ FEVEREIRO

Prémio de Revelação Literária UCCLA - CM Lisboa - Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa, para estimular a produção de obras literárias. Candidaturas abertas até dia 6 de Fevereiro em premioliterario@uccla.pt.

DE 28 A 30 D JANEIRO

Expo Recicla-2022, exposição de artigos reciclados a ter lugar no Palácio de Ferro.

LIVROS



O LIVRO QUE O FACEBOOK

não quer que você leia. Uma reportagem explosiva sobre a busca irrefreável por crescimento e poder da rede social que mudou a forma como consumimos, votamos, pensamos e nos relacionamos.



O FEMINISMO É PARA TODO

MUNDO traz a visão de uma das mais importantes feministas negras da actualidade, eleita uma das principais intelectuais norte-americanas, pela revista Atlantic Monthly.



TURISMO

Cheia de história para contar

A ilha mais cobiçada pelas civilizações do Mediterrâneo tornou-se num importante destino turístico graças à combinação de praia, monumentos históricos e cidades e povoados que possuem um encanto único. A cidade mais impressionante é Valletta, a capital e o centro económico e administrativo. É um importante núcleo cultural e turístico cheio de história e reúne mais de 300 monumentos em 55 hectares.

A arquitectura é essencialmente barroca e uma das marcas são as curiosas varandas coloridas que se destacam no exterior. É impossível não dar-nos conta do forte carácter católico dos malteses. A capital abriga 25 igrejas e várias esculturas de santos e virgens nas esquinas das ruas principais. A cozinha maltesa é expressa pelas características mediterrâneas com toques árabes e britânicos. O azeite, tomate e queijo são amplamente utilizados. O chá é bastante típico, um legado do período da colonização britânica. Algumas das sobremesas mais típicas contam com influências árabes, turcas e italiana.



AUTOMÓVEL

Um utilitário e tanto

O interessante utilitário Suzuki Celerio tem uma renovação total. Uma mudança de geração que traz um novo design exterior, um habitáculo mais tecnológico, espaçoso e uma parte mecânica actualizada.

A vista lateral apresenta uma linha de cintura muito elevada e, o que é igualmente chamativo, são as rodas de liga leve Urbane de 15 polegadas na cor preta.

O motor a gasolina K10C de 1.0 litro e 3.0 cilindros desenvolve uma potência de 67 cavalos. Um bloco que pode ser acoplado a uma transmissão manual de cinco velocidades ou uma caixa automática AGS. A Suzuki privilegiou e, por isso, está entre os carros a gasolina mais eficientes do mercado.

ATÉ 18 DO PRÓXIMO MÊS

Governo determina registo de animais selvagens



Macacos, chimpanzés, serpentes, cágados, entre outros, devem começar a ser cadastrados pelas entidades singulares ou colectivas criadoras de animais selvagens ou que os tenham como de estimação.

A medida foi recentemente determinada pelo Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação (INBC) e surge pela "necessidade de se reforçar o trabalho de controlo sobre a criação de animais selvagens fora do seu habitat".

O Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação informa, numa nota citada pela

Lusa, que constam igualmente da lista papagaios cinzentos, pangolins e outros não especificados, sendo que o processo de registo deve decorrer até 18 de Fevereiro deste ano.

Para o cadastro, segundo o INBC, órgão tutelado pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, as pessoas, empresas ou resorts deve-

rão fazer um inventário de animais em posse (espécies e quantidades) junto da instituição pública.

A documentação de regularização da posse do animal (caso exista), endereço da residência ou nome do estabelecimento, certificados de vacinação dos animais, autorização passada pelas autori-

dades competentes constam também da documentação a ser remetida ao órgão.

O Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação é um órgão encarregado de executar as políticas e estratégias no domínio da conservação da biodiversidade e a gestão da Rede Nacional de Áreas de Conservação Ambiental.

VALENTINE'S DIAMOND SHOW

Já imaginou se os angolanos e as angolanas pudessem usar, orgulhosamente, diamantes angolanos prospectados, extraídos, comercializados, lapidados e trabalhados em jóias em Angola?

A indústria de diamantes e as autoridades angolanas que definem políticas e regulam o Sector Geológico Mineiro trabalham para que esta realidade se materialize: treze sociedades mineiras exploram industrialmente diamantes, mais de duzentas cooperativas estão envolvidas legalmente na exploração de diamantes, o País prevê produzir 10 milhões de quilates por ano, 20% desta produção é destinada a ser lapidada no país e um investimento público considerável foi aplicado na construção do Polo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, na forja se encontra a Bolsa de Diamante de Angola. O universo diamantífero está a acontecer. Com efeito, a Bumbar Mining, em cooperação com o Hotel Diamante, acredita que é possível começar a criar a cultura de consumo, por angolanos, de jóias com diamantes encastados a partir da acção tanto das joalherias, como das lojas implantadas em Angola.

Nesta primeira edição de Valentine's Diamond Show, a estilista Nadir Tati, com uma colecção especial de roupas concebida para o evento, vestirá as modelos que desfilarão com as jóias com diamantes da Pedra Rubra, que terá também vitrinas com diamantes que podem ser observadas pelos participantes ao evento, em noite a ser animada pela extraordinária cantora angolana, Selda.

Além das autoridades angolanas, o evento conta com o Key Note Adress do Embaixador do Reino da Bélgica em Angola, Jozef Smets.



Sebastião Panzo



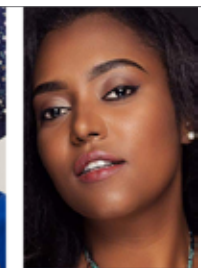
Jozef Smets



Boris Jakobi



Nadir Tati



Selda



PROGRAMA (em actualização)

19 de Fevereiro de 2022 / Hotel Diamante/ LUANDA

Apresentação
Kinna Santos

18h30_ Registo dos convidados e wellcome drink

19h00_ Sessão de abertura

Boas vindas pela Bumbar Mining, Sebastião Panzo

Boas Vindas pelo Hotel Diamante, António Simões

Intervenção do Governo (autoridades do Sector Geológico Mineiro)

Vídeo (O percurso do Diamante Angolano na Cadeia de Valor)

19h15_ Key Note Adress

Embaixador do Reino da Bélgica, Jozef Smets

19h30_ Abertura do Jantar VDS

20h00_ Desfile de Jóias

Produtos Pedra Rubra

Colecção de roupas especiais by Nadir Tati

21h00_ Palavras do Sponsor do desfile (momento branding), representantes de Pedra Rubra e de entidade com projecto social a beneficiar

21h15_ Show Intímista com Selda e sorteio de jóias

22h30_ Encerramento

NÚMEROS DA SEMANA

39,5

Milhões de euros, despesa aprovada pelo Presidente da República para a reabilitação e expansão das infra-estruturas de apoio à gestão da Reserva Estratégica Alimentar.

850

Mil milhões kz, facturação resultante da alienação de 64 activos do Programa de Privatizações (ProPriv).

2,1

Milhões de euros, custo do Centro Tecnológico Digital.AO, infra-estrutura inaugurada pelo Presidente da República.

150

Milhões USD, dívida da Endiama à banca, decorrente de "projectos falidos".

SEGUNDO O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Receitas do Porto do Lobito sobem 15%

As receitas do Porto do Lobito, referentes ao ano passado, fixaram-se nos 21 mil milhões de kwanzas, o que traduz um crescimento de 15,32% em relação a 2020, revela o balanço apresentado recentemente pelo PCA da entidade, Celso Rosas.

Trata-se de um desempenho que decorre do movimento de 401 navios e 1,4 mil milhões de toneladas de mercadorias, representando um 'esticão' de 27,54% relativamente ao volume de carga do período homólogo e de 12,95% quanto ao número de embarcações.

De acordo com Celso Rosas,

entre os serviços que mais contribuíram para as receitas estão os de estiva simples, com um peso de 28,32% no total das receitas, tráfego, com 30%, e utilização do Porto, com 13,11%.

O gestor avançou ainda que a empresa pública emitiu os primeiros indicadores de um "bom ano", ainda no primeiro semestre, quando duplicou as receitas em relação ao período homólogo de 2020, ano em que encaixou oito mil milhões de kwanzas entre Janeiro e Junho, contra quatro mil milhões do mesmo período do ano passado.

Com os resultados financeiros obtidos, disse o PCA, o conselho da administração colocou ao serviço da dívida junto dos fornecedores da empresa mais



de 1.000 milhões de kwanzas. No entanto, Celso Rosas estima que a empresa tenha acumulado uma dívida aos clientes avaliada em 15,2 mil milhões de kwanzas, equivalente a perto da metade do valor devido pelos clientes. A referida dívida "tem um

impacto significativo na liquidez da empresa, com repercussões, sobretudo, na capacidade de honrar compromissos com fornecedores". O responsável pretende inverter o quadro com o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança.

PREVISÃO DA FITCH SOLUTIONS

Kwanza pode valorizar em 15,1%

A moeda nacional pode valorizar-se, este ano, em 15,1%, para 514,39 kwanzas por dólar, segundo a previsão da consultora Fitch Solutions. "Antevemos que o kwanza vá apreciar-se 15,1%, em média, para 514,39 kwanzas por dólar em 2022, depois de um forte desempenho em 2021", afirma a análise à evolução das principais moedas africanas no ano passado e este ano.

No relatório, enviado a clientes e retomado pela Lusa, os analistas, da consultora detida pelos mesmos donos da agência de notação financeira Fitch Ratings, escrevem que, "apesar de a produção de petróleo ter continuado a cair



durante 2021, os melhoramentos em termos de comércio, num contexto de subida dos preços do petróleo, resultaram numa apreciação da moeda, particularmente no último trimestre do ano passado".

A análise da Fitch Solutions

surge dias depois de o Instituto Nacional de Estatística ter divulgado um crescimento de 0,8% do PIB no terceiro trimestre face ao período homólogo e de 0,3% face ao segundo trimestre de 2021, e depois de a agência de notação

financeira Fitch Ratings ter melhorado o 'rating' de Angola em dois níveis, de CCC para B-, mas ainda cinco abaixo do nível de recomendação de investimento. "Também antevemos que a produção interna de petróleo cresça 4,4% este ano, depois de cinco anos de declínio, aumentando ainda mais a procura por kwanzas", lê-se no relatório, que alerta, ainda assim, que "a elevada inflação e o desemprego vão continuar a prejudicar a economia não petrolífera". Sobre o conjunto da região da África subsariana, os analistas estimam uma "moderada tendência de depreciação em 2022", apontando que o fortalecimento do dólar, particularmente no segundo semestre, "vai colocar uma pressão descendente em todas as moedas da região a curto prazo".